

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Debêntures incentivadas de usinas podem sair até sexta	2
Título: Proposta para capitalização de Eletrobras não prevê mais ‘golden share’ da União .	4
Título: Tensão na Arábia pode beneficiar leilões do pré-sal.....	5
Título: Aneel e CCEE pagam última parcela de dívida bilionária, e tarifa deve ter alívio	8
Título: Mudança em regra para leilão de eólicas surpreende setor	9
Título: Petrobras não deve mexer nos preços, diz Bolsonaro.....	11
Título: Petróleo dispara com temor de corte prolongado da oferta	12
Título: Há interesse em evitar uma guerra, mas risco cresceu	15
Título: EUA acusam o Irã, mas Trump fala em evitar guerra	17
Título: Estatais ‘top 5’ têm lucro de R\$ 60,7 bi no 1º semestre.....	21
Título: Consumidor industrial já prepara migração para mercado livre de gás.....	22
Título: Curtas	25
Título: Arcelor fecha acordo com JR Diesel e reforça o abastecimento de sucata	25
Título: Petróleo puxa alta de açúcar e milho	27
Título: Disparada do petróleo agita mercados em semana de decisão de Fed e Copom.....	28
Título: Fed encara incertezas da guerra comercial e do ataque na Arábia Saudita.....	30
Título: Avanço de ação da Petrobras esbarra em risco geopolítico.....	33
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	34
Título: Preço do petróleo atinge pico com tensão no Golfo	34
Título: Mais fogo na cena global	36
Título: Sauditas ligam arsenal do Irã a ataque a refinaria e elevam tensão no Golfo	38
Título: ‘Política do governo para Petrobrás será testada’	39

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	40
Título: Disparada do petróleo testa política da Petrobrás	40
Título: Alta no preço da commodity pode auxiliar no aumento de receitas da balança comercial	43
Título: Reajustar combustíveis agora seria precipitação e um retrocesso	45
VEÍCULO: O Globo	47
Título: O grande poder desestabilizador dos conflitos no Golfo Pérsico	47
Título: Alta prolongada do barril afetaria inflação e juros, avaliam economistas	48
Título: Petrobras segura preço de combustível	49
Título: Disparada na cotação é teste para política de preços, dizem analistas	51
Título: As bombas subsidiadas	52
Título: Ameaça em tom brando	53
Título: A escolha de Sofia do governo	56
Título: Os vários efeitos de um atentado	56
VEÍCULO: Correio Braziliense	58
Título: Gasolina sobe nas bombas antes que nas refinarias	58
Título: Petrobras puxa alta da Bolsa	62
Título: Banco do Brasil avança em energia solar	64

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/09/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Debêntures incentivadas de usinas podem sair até sexta

Raízen, Ipiranga Agroindustrial, Usina Melhoramentos e Delta Sucroenergia farão emissões

Ao menos quatro operações de financiamento para usinas de cana por meio da emissão de debêntures incentivadas estão para sair nesta semana, totalizando

R\$ 4,2 bilhões, apurou o **Valor**. As empresas que deverão obter o aval para realizar essas emissões são Raízen - joint venture entre Cosan e Shell -, Ipiranga Agroindustrial, Usina Melhoramentos Norte do Paraná e Delta Sucroenergia.

Serão as primeiras emissões desses tipo de título por parte do setor sucroalcooleiro. A emissão de debêntures incentivadas por grupos sucroalcooleiros foi permitida em junho, em portaria assinada pelos **ministros Bento Albuquerque (Minas e Energia)**, Tereza Cristina (Agricultura) e Ricardo Salles (Meio Ambiente).

Quando assinou a portaria, o ministro do Ministério das Minas e Energia afirmou que os instrumentos poderiam financiar R\$ 9 bilhões ao ano para renovação de canaviais e R\$ 4 bilhões ao ano em ampliação da oferta de cana-de-açúcar no país.

As debêntures incentivadas - que contam com isenção de 15% do imposto de renda -, já existiam para infraestrutura. Elas passaram a incluir produtores de etanol para incentivar o aumento da oferta do biocombustível e garantir o atendimento das metas de descarbonização do programa RenovaBio.

Independentemente das debêntures incentivadas, o próprio cenário para o mercado de etanol já tem estimulado grandes grupos a investirem em aumento da capacidade de produção do biocombustível, disse ontem Antonio de Padua Rodrigues, diretor técnico da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica), em entrevista a jornalistas durante o Novacana Ethanol Conference, em São Paulo.

Padua não detalhou quais empresas estão realizando os investimentos, mas disse que será possível para o Centro-Sul continuar reduzindo a produção de açúcar em favor do biocombustível, o que já vem ocorrendo. Mas, mesmo considerando a capacidade de produção atual, Padua afirmou que o setor já poderá emitir em 2020 mais Créditos de Descarbonização (CBios) do que a demanda necessária para atender a meta do ano, que é de 28,7 milhões de CBios.

Até o momento, 77 produtores de biocombustíveis (entre etanol e biodiesel) realizaram certificação, dos quais 13 dependem agora de autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), afirmou ontem o diretor da agência, Aurélio Amaral, no evento.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 17/09/2019****Seção: Especial****Autor: Daniel Rittner Rafael Bitencourt****Título: Proposta para capitalização de Eletrobras não prevê mais 'golden share' da União****Envio ao Congresso de texto do MME depende de análise sobre o melhor "timing" para iniciar a tramitação**

O Ministério de Minas e Energia já tem uma minuta do projeto de lei para a capitalização da Eletrobras, mas o envio do texto ao Congresso Nacional depende ainda de análise sobre o melhor "timing" para iniciar a tramitação. Em grande parte, o novo PL repete conceitos adotados pelo governo Michel Temer, como um limite de 10% para cada acionista ou bloco de acionistas. Uma das mudanças é a inexistência de uma "golden share" pela União.

A promessa do **ministro Bento Albuquerque** é mandar um novo projeto até o fim deste mês, mas outros fatores políticos estão sendo contemplados, como a reta final de tramitação da reforma da Previdência no Senado, bem como outros temas polêmicos - a indicação de Augusto Aras à Procuradoria-Geral da República e do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) à embaixada do Brasil em Washington, por exemplo.

Mesmo sem passar pela Câmara, esses temas devem dominar as negociações entre Palácio do Planalto e partidos políticos nas próximas semanas. A equipe econômica ainda tem segurado, por exemplo, o envio de outros projetos que considera mais sensíveis.

O PL repetirá a "descotização" de usinas hidrelétricas, o que eleva o valor de mercado da Eletrobras, e uma chamada pública para aumento de capital. Como a União não acompanhará o aporte privado, terá que diluir sua participação na empresa e ela não ficará mais sob controle do Estado.

Sindicalistas ligados aos trabalhadores da Eletrobras ganham terreno na articulação no Congresso enquanto o governo segura o envio do novo modelo de privatização. Ontem, eles entregaram uma espécie de "dossiê" a diferentes líderes de partidos mostrando que a companhia recuperou sua capacidade de investimento nos últimos dois anos e não precisaria ser privatizada.

Em ofício, os trabalhadores destacam que a Eletrobras registrou resultado positivo de R\$ 13,3 bilhões em 2018 e que, no primeiro semestre de 2019, o saldo teria sido de R\$ 6,6 bilhões.

O documento, assinado por oito integrantes dos conselhos de administração do grupo Eletrobras eleitos por empregados, ressalta que, nos últimos dez anos, a estatal pagou mais de R\$ 15 bilhões em dividendos à União.

“Valor este de R\$ 15 bilhões que é superior aos R\$ 12 bilhões estimados que o Tesouro pretende arrecadar via privatização nas modelagens da capitalização proposta pelo ex-presidente [Michel] Temer e de volta aos noticiários”, registraram.

No texto, os sindicalistas alertam para o fato de o Tribunal de Contas da União (TCU) ter questionado o limite de ganho do governo com a venda do controle frente ao investimento de R\$ 400 bilhões da estatal em 60 anos.

Os empregados com assento nos conselhos de administração apontam ainda para o risco de o controlador privado manipular preços da energia no mercado e pôr em risco a segurança nacional ao assumir a gestão das barragens de grandes hidrelétricas.

Para os sindicalistas, a Eletrobras pode continuar estatal atuando como “mola propulsora” dos investimentos, especialmente mitigando riscos em grandes empreendimentos. Além disso, eles alegam que não se pode garantir que os novos donos vão realmente direcionar os recursos da capitalização para o setor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/09/2019

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho

Título: Tensão na Arábia pode beneficiar leilões do pré-sal

A escalada dos preços do petróleo no mercado internacional, depois dos ataques às refinarias sauditas no fim de semana, pode trazer ao menos dois efeitos sobre o mercado brasileiro no curto prazo, segundo analistas. Um deles é a tendência de que as cotações dos combustíveis subam nos próximos dias. O segundo envolve os leilões de áreas do pré-sal deste ano, que podem ganhar atratividade e despertar ainda mais a atenção das empresas asiáticas, interessadas em reduzir a dependência do Oriente Médio.

Numa perspectiva de médio e longo prazos, a percepção é que o Brasil se consolidará como um grande destino de investimentos. Os conflitos geopolíticos

colocam, ainda, a política de preços e o programa de venda de refinarias da Petrobras em seu “grande teste”.

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, classificou o episódio dos ataques às refinarias na Arábia Saudita como o “11 de setembro da indústria petrolífera”. Segundo ele, o evento geopolítico tende a aumentar a percepção de riscos sobre a produção do Oriente Médio e, de quebra, beneficiar os leilões do pré-sal: a 16ª rodada de concessões, a 6ª rodada de partilha e o megaleilão dos excedentes da cessão onerosa, marcadas para entre outubro e novembro.

“Depois dele [ataque às refinarias sauditas], a sensação de risco aumentará. Sem dúvida, aumenta o interesse pelo pré-sal e pelos nossos outros ativos”, afirma Oddone, que também crê na tendência de elevação dos custos dos árabes com a adoção de medidas preventivas em segurança de seus ativos.

O chefe de pesquisa na área de exploração e produção da Wood Mackenzie na América Latina, Marcelo de Assis, destaca que não há solução de curto prazo para que a perda de produção saudita se recupere imediatamente e que não há clareza, ainda, sobre a velocidade que o mercado levará para se ajustar. Ele acredita que, nesse meio tempo, as petroleiras globais devem ser beneficiadas por um fluxo de caixa extra, mas não o suficiente para trazer grandes mudanças na decisão de investimentos, sobretudo na rodada dos excedentes - que envolvem o pagamento de bônus de assinatura de R\$ 106 bilhões. Por outro lado, o consultor aposta no aumento do interesse por parte das asiáticas..

“As chinesas, como a Sinopec e CNOOC, podem vir mais agressivas para buscar diversificar as suas reservas. Elas são muito dependentes do Oriente Médio. Entre as petroleiras privadas, não vejo grandes mudanças na estratégia. Elas são disciplinadas financeiramente e não vão abandonar isso”, disse.

O **Valor** apurou que, entre as asiáticas, a indiana ONGC também tem acompanhado de perto os detalhes do campo de Búzios, que será ofertado no leilão dos excedentes. Assis acredita que a rodada também deve despertar a atenção de empresas que já possuem áreas próximas aos ativos da cessão onerosa, como Shell, Total e Petrogal. Para o consultor, apesar de envolver grandes reservas, os excedentes possuem incertezas que demandam cautela. A principal delas é a falta de clareza sobre o valor e forma de pagamento da compensação financeira que as empresas vencedoras deverão à Petrobras.

Sócio para a área de petróleo e gás da KPMG, Anderson Dutra também acredita na presença asiática na licitação. “Os chineses continuam olhando. É bem possível que eles entrem com fôlego total no leilão do excedente, como opção de diversificação de portfólio”, disse Dutra, que também não crê num impacto relevante do conflito geopolítico sobre a rodada.

O sócio do Tauil & Chequer Advogados Alexandre Calmon destaca que ainda não há evidências de que os preços internacionais estão mudando de patamar, a ponto de influenciar a decisão sobre investimentos. Ele também acredita que o Brasil pode ser impactado positivamente pelos conflitos. O advogado lembra que o mercado brasileiro tem conseguido captar investimentos bilionários, beneficiado em parte pela instabilidade em países da América Latina como Venezuela e México. Os ataques ao maior produtor de petróleo do mundo podem reforçar a atratividade do pré-sal do Brasil como um mercado com menores riscos associados. “O Brasil está se consolidando como destino muito claro no portfólio de todos os grandes agentes”, disse.

A percepção é compartilhada por Giovani Loss, do Mattos Filho, para quem o episódio árabe coloca em xeque a capacidade dos sauditas de assegurarem a integridade de seus ativos, o que tende a reforçar a posição do Brasil como um destino seguro para investimentos. Loss não acredita que o reforço da geração de caixa das petroleiras no curto prazo vá mudar a decisão de investimentos, mas que “pode levar empresas a repensarem suas propostas” nos leilões.

Ontem, as ações ordinárias da Petrobras subiram 4,52% na B3. A expectativa dos analistas é que o caixa da empresa se beneficie com a alta dos preços do petróleo - o Bradesco BBI calcula que, a cada aumento de US\$ 10 do barril, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) da estatal tende a avançar 15%. A Wood Mackenzie destaca, por outro lado, que as margens do refino devem ser pressionadas.

Para o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, as tensões do Oriente Médio serão o “grande teste” para a política de preços da estatal - que deixou de trabalhar com reajustes com periodicidade definida, mas mantém o compromisso com a referência ao mercado internacional. “A principal barreira aos investimentos nas refinarias é o histórico recorrente de episódios de controle dos preços, no país. Teremos mais um teste para verificar o grau de autonomia da Petrobras. A velocidade e a intensidade como o reajuste se dará estarão sendo monitoradas pelos potenciais compradores das refinarias” avalia. **(Colaborou Raquel Brandão, de São Paulo)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 17/09/2019****Seção: Brasil****Autor: Camila Maia****Título: Aneel e CCEE pagam última parcela de dívida bilionária, e tarifa deve ter alívio**

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) fizeram ontem o pagamento da última parcela de um empréstimo bilionário tomado em 2014 de um grupo de bancos para cobrir o rombo no caixa das distribuidoras causados por desequilíbrios no mercado. O pagamento antecipado da última parcela, de R\$ 6 bilhões, ajudará a reduzir em cerca de 5% as tarifas de energia.

Ao **Valor** o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, destacou que a iniciativa faz parte de uma ampla agenda que visa desonerar a tarifa de energia. Outras frentes de atuação envolvem redução de subsídios cruzados, desonerar a geração (com a troca de termelétricas caras por usinas mais baratas e eficientes, por exemplo) e também uma campanha que buscará conscientizar os Estados a reduzir o ICMS cobrado na conta de luz.

“O Brasil não aceita mais esse tipo de postura de subsídio. Todos crescendo com o consumidor pagando a conta? Isso é Brasil velho, estamos rumo à modernidade”, disse Pepitone. Segundo ele, a agenda da Aneel envolve “limpar” a conta de luz, para que ela seja sustentável.

A conta paga ontem faz parte dessa agenda. O empréstimo de R\$ 21 bilhões foi tomado em 2014 de um grupo de bancos privados e estatais para cobrir custos das distribuidoras com a chamada descontratação “involuntária” que as afetou na época. O problema aconteceu quando geradoras importantes, como Cemig e Cesp, não aceitaram renovar as concessões de geração antecipadamente nos termos da Medida Provisória (MP) 579, editada em 2012 pela então presidente Dilma Rousseff para baixar as tarifas. A energia das usinas acabou ficando descontratada, deixando buraco na carteira das distribuidoras, que ficaram expostas ao mercado de curto prazo. Para agravar a situação, na época, uma grave seca atingiu o país, e os preços no curto prazo superaram R\$ 800 por megawatt-hora (MWh).

Como a descontratação era considerada “involuntária”, o custo foi repassado aos consumidores, por meio da tarifa, a partir de 2015. O prazo final era abril do ano que vem. “Temos os recursos para pagamento na conta, eles iam ficar no fundo até o fim do contrato”, disse Rui Altieri, presidente do conselho da CCEE,

entidade que foi responsável por tomar o empréstimo, depois de receber o aval de seus associados.

Segundo Altieri, depois de constatar que havia recursos suficientes para quitar antecipadamente a dívida, CCEE e Aneel iniciaram, no fim do ano passado, conversas com o governo e com os bancos a fim de acertar o pagamento. “Foi uma operação inédita no setor. Muita gente duvidava da nossa capacidade”, disse Altieri.

A antecipação do pagamento tirou R\$ 6,4 bilhões da tarifa neste ano e R\$ 2 bilhões em 2020, resultando em redução de 3,7% na tarifa neste ano e em 1,1% em 2020. “O movimento foi decisivo nos processos tarifários negativos que a Aneel praticou em 2019”, disse Pepitone, citando como exemplos os reajustes de -7,8% médio na Celesc e de -4,8% na Energisa Paraíba.

“Nossa agenda continua firme. Trabalhamos com três objetivos principais, desonerar a geração, reduzir as políticas de subsídios, e a questão do ICMS”, disse o diretor-geral da Aneel.

No campo da geração, Pepitone citou a consulta pública lançada recentemente pelo **Ministério de Minas e Energia (MME)** para realização de um leilão em 2020 para contratação de termelétricas mais baratas e eficientes, em substituição aos contratos de usinas mais caras que vencem entre 2023 e 2024. “Uma melhora da matriz energética certamente vai reduzir em muito o impacto tarifário”, disse Altieri, que também considera essa agenda uma prioridade do ponto de vista de desonerar a tarifa de energia.

A questão dos tributos é outro ponto relevante, para o qual a Aneel pretende contribuir por meio da maior transparência nas informações disponíveis ao público. As alíquotas de ICMS, principal cobrança que incide sobre a conta de luz, são definidas pelos Estados. “O que o regulador faz é dar transparência aos números, de quanto cada Estado arrecada com isso, para sensibilizar a sociedade”, disse Pepitone.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/09/2019

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia

Título: Mudança em regra para leilão de eólicas surpreende setor

Como parte dos esforços para combater subsídios “ocultos” na tarifa de energia, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou semana passada uma mudança nas regras de contratação de projetos na fonte eólica para o leilão que acontecerá em outubro, a fim de aproximar os preços do certame aos

que realmente chegam aos consumidores. A alteração, porém, pegou de surpresa os agentes da fonte eólica, que dizem que o tema não chegou ser debatido na audiência pública que tratou do edital deste certame.

Desde o ano passado, os contratos de geração eólica são negociados por “quantidade”, no qual o risco da entrega da energia fica com o gerador, e não mais alocado ao consumidor, como era nos contratos por “disponibilidade”. Na reunião da semana passada, a agência decidiu mudar a entrega dos contratos, que a partir do leilão A-6 de outubro serão modulados de acordo com a carga (demanda), e não mais pela geração.

“A questão central dessa mudança intempestiva é que não houve, como é de costume na agência, um processo de discussão aberto para os agentes”, disse Élbis Gannoum, presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica).

Ela lembrou que a alteração foi discutida em 2017, quando a regra foi alterada para contrato por quantidade, mas modulado de acordo com a curva de geração. “Agora, para o A-6, isso não foi tratado nem foi dito que seria. O ponto central não é nem discutir o mérito, mas a mudança não estava prevista no edital, não foi objeto de discussão nem foi feito debate”, disse Élbis. Por isso, para ela, a decisão da Aneel afetou “fortemente” a estabilidade regulatória do setor elétrico.

De acordo com André Pepitone, diretor-geral da Aneel, houve sinalização da agência de que o tema seria discutido novamente quando houve a abertura da audiência pública, em julho. “Tanto é que a mudança que a Aneel fez acatou uma contribuição da audiência pública”, disse. A contribuição em questão foi feita pela Energisa, que questionou a sazonalização dos contratos pela curva de geração.

Para Luiz Barroso, presidente da PSR, “pode-se questionar a forma como a mudança foi aprovada”, mas, tecnicamente, ela é correta e restaura o que o **Ministério de Minas e Energia (MME)** buscava em 2017, quando pautou a mudança no contrato da fonte eólica.

“O gerador deve atender o perfil de carga dos seus clientes, tal como ocorre no mercado livre, e ele está mais bem preparado para precificar as exposições de mercado associadas”, disse Barroso, que é ex-presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Segundo o especialista, a decisão contribui para aumentar a isonomia entre as fontes de geração de energia e dá maior transparência ao preço final da energia aos consumidores.

Do ponto de vista dos grandes consumidores de energia, a mudança também foi bem recebida. “A Aneel fez um movimento certíssimo, que já foi discutido lá atrás”, disse Paulo Pedrosa, presidente da Associação dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres (Abrace). Segundo ele, mesmo que a mudança resulte em preços mais elevados para a fonte eólica nos leilões, isso é positivo, pois será mostrado aos consumidores “o preço certo” da energia.

“Não vai tornar o leilão mais caro, mas vai dar transparência do real preço da energia contratada no leilão”, afirmou Pedrosa, que é ex-secretário-executivo do MME e, junto com Barroso, foi um dos responsáveis pela discussão de mudança na contratação das eólicas em 2017.

Segundo Alexandre Viana, sócio da consultoria Thymos Energia, a tendência é que o preço da energia eólica saia mais elevado no leilão em comparação com os certames anteriores, devido à precificação desse risco adicional, que antes ficava com o consumidor e agora passará ao empreendedor. “Agora o preço ficará mais preciso e será mais alto”, disse Viana.

Além da geração eólica, o leilão A-6, que vai contratar energia com entrega a partir de 2025, vai contratar projetos das fontes hídrica, solar e termelétricas. O certame está previsto para 18 de outubro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/09/2019

Seção: Brasil

Autor:

Título: Petrobras não deve mexer nos preços, diz Bolsonaro

Companhia segue monitorando comportamento do petróleo no mercado internacional

O presidente Jair Bolsonaro afirmou que os preços dos combustíveis não devem sofrer reajuste imediato em razão da quebra de produção na Arábia Saudita no sábado passado, após ataques a campos petrolíferos da estatal saudita Aramco.

“Conversei com o presidente da Petrobras [Roberto Castello Branco] e não deve mexer no preço dos combustíveis”, disse ele durante entrevista à TV Record, exibida na noite de ontem.

Bolsonaro não deu mais detalhes sobre o impacto que o não repasse da alta nos preços do petróleo em nível global poderá trazer para a Petrobras. Somente

nesta segunda-feira, o preço do barril subiu 14%, maior alta desde a Guerra do Golfo, no início dos anos 1990, levando a cotação a quase US\$ 70.

O **Valor** apurou que a companhia segue monitorando o comportamento do petróleo no mercado internacional, mas que decidiu não reajustar os preços logo no primeiro dia após a elevação da cotação internacional, devido à alta volatilidade.

A política de preços da empresa prevê o alinhamento dos preços dos combustíveis à paridade internacional, mas não define uma periodicidade para que os reajustes sejam aplicados.

Bolsonaro disse ainda que voltará a despachar em Brasília hoje, mas no Palácio da Alvorada, residência oficial da Presidência, em vez do Palácio do Planalto, por recomendação médica.

Segundo o presidente, essa medida tem como objetivo preservar seu processo de recuperação após a quarta cirurgia sofrida em decorrência da facada que levou há um ano. Ele afirmou que estará pronto para fazer o discurso de abertura da Assembleia das Nações Unidas, em Nova York, no próximo dia 24.

“Vou com certeza, já disse que estarei lá na ONU nem que seja em cadeira de rodas”, afirmou. Segundo ele, seu discurso será diferente do realizado por seus antecessores. “Vou à ONU defender a soberania do Brasil, algo que nenhum outro presidente fez.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/09/2019

Seção: Internacional

Autor: David Sheppard, Anjli Raval e Demetri Sevastopulo

Título: Petróleo dispara com temor de corte prolongado da oferta

Os preços do petróleo chegaram a subir até 20% ontem, puxados pelo temor de um prolongado período de desabastecimento após os atentados ocorridos na Arábia Saudita, que desativaram mais de 50% da produção local.

O preço do petróleo tipo Brent teve sua maior alta percentual desde que Saddam Hussein invadiu o Kuait. Traders temem que a produção da Arábia Saudita, o maior exportador mundial de petróleo, ficará abaixo da capacidade máxima por um período prolongado.

Quatro pessoas bem-informadas sobre a avaliação dos danos causados disseram ao “FT” que a produção de petróleo saudita pode levar meses para voltar ao normal, o que frustraria o esforço para tentar tranquilizar o mercado.

Os EUA responsabilizaram o Irã pelo atentado ao centro de processamento de petróleo de Abqaiq,, que beneficia a maior parte do petróleo exportado pelo país. A milícia huthi, do Iêmen, assumiu responsabilidade pelo atentado de sábado. O Irã nega envolvimento.

No domingo, Trump disse que os EUA estão “preparados” para responder. Mas, para analistas, ele tem um histórico de empregar retórica belicosa, para depois adotar uma posição mais branda.

Mike Rogers, ex-presidente da comissão de inteligência da Câmara dos Deputados dos EUA, disse que “haverá um preço a ser pago” quando o culpado for confirmado. E que os EUA deveriam examinar todas as opções, entre elas identificar alvos realistas no Irã e usar a diplomacia, mas acrescentou que Trump revelou relutância em empregar a força. “Ele está mais relutante em apertar o botão”, disse.

A petroleira estatal saudita Aramco vem tendo dificuldades para providenciar reparos e para restabelecer a produção de petróleo. A empresa não respondeu a pedidos de comentários.

Os preços dos contratos de petróleo tipo Brent subiram cerca de US\$ 12 o barril, para quase US\$ 72 na abertura do mercado ontem, e fecharam em US\$ 69,02 o barril, o que representa um salto de 14,6%. O volume das transações em Nova York e Londres superou recordes diários, movimentando o equivalente a mais de 5 bilhões de barris.

A perda de produção da Arábia Saudita, de mais de 5 milhões de barris/dia (cerca de 5% da oferta global), é a maior queda isolada decorrente de um incidente.

Andy Hall, um dos operadores de petróleo mais bem-sucedidos de sua geração, disse: “Esse ataque chama a atenção para a vulnerabilidade das instalações de produção de petróleo no Oriente Médio... Parece que o mercado de petróleo não precisa apenas embutir nos preços a atual perda de oferta; precisa também [embutir] um prêmio de risco maior para o futuro”.

Trump tuitou, segundos antes da abertura do pregão, que tinha autorizado a liberação de estoques emergenciais de petróleo, “se necessário” e em “quantidade a ser fixada”, num claro esforço para atenuar a alta dos preços.

“O abastecimento de petróleo da Arábia Saudita sofreu um atentado”, tuitou. “Há motivos para crer que sabemos quem foi, estamos engatilhados e armados, dependendo da confirmação, mas estamos esperando para ouvir do Reino quem eles acham que cometeu esse atentado, e sob que condições devemos proceder!” Depois,, tuitou: “MUITO PETRÓLEO!”

A elevação das cotações, embora drástica, somente reconduziu os preços do petróleo ao nível em que era negociado ainda em julho.

Contratos do petróleo referencial americano, o West Texas Intermediate (WTI), chegaram a subir 16%, para US\$ 63,64 o barril, antes de fechar em US\$ 62,90, uma alta de 14,7% no dia.

“Embora os atentados representem mais um entrave à economia mundial, que já está às voltas com a deterioração da atividade da indústria e as elevadas tensões comerciais, consideramos que essa desestabilização de curto prazo à produção de petróleo não vai desencadear uma recessão mundial”, disse Mark Haefele, diretor de investimentos do UBS Global Wealth Management.

A Arábia Saudita disse que conseguirá fornecer petróleo usando seus estoques, além da possibilidade de ativar capacidade de produção atualmente ociosa, o que poderá permitir ao país manter, em boa parte, suas exportações aos mercados internacionais.

Mas, com a redução pela Arábia Saudita de seus estoques de petróleo, o mercado ficará mais exposto a episódios futuros de desabastecimento, advertiram analistas.

Autoridades de países da Ásia que são grandes consumidores de petróleo saudita, como Índia e Coreia do Sul, disseram ter sido informadas de que as importações da Arábia Saudita não seriam afetadas, mas informaram que estão monitorando a situação.

A Agência Internacional de Energia (AIE) e o Departamento de Energia dos EUA disseram ter grandes reservas emergenciais às quais recorrer no caso de um longo período de desabastecimento, mas analistas disseram que elas podem não bastar para evitar que os preços disparem.

A agência de notícias da Arábia Saudita informou, na noite de domingo, que a Arábia Saudita “tem a capacidade de fazer frente e administrar essa agressão terrorista”.

O órgão estatal disse que o príncipe Abdulaziz bin Salman, ministro de Energia saudita, inspecionou as unidades de processamento da Aramco em Abqaiq no fim de semana e se reuniu com o executivo-chefe da estatal. Mas não houve comentário sobre a duração da suspensão da produção.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/09/2019

Seção: Internacional

Autor: Gideon Rachman

Título: Há interesse em evitar uma guerra, mas risco cresceu

Há décadas, qualquer lista de riscos geopolíticos globais tem um “ataque a instalações de petróleo da Arábia Saudita” perto do topo. Agora isso aconteceu.

A boa notícia é que o mundo está hoje menos vulnerável a um choque do petróleo do que na década de 70, quando o embargo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) causou turbulências na economia mundial. Também é verdade que todas as potências envolvidas - Arábia Saudita, Irã e EUA - têm fortes incentivos para evitar um conflito.

Mas a má notícia é que os principais líderes neste drama - Donald Trump, o presidente dos EUA, Mohammed bin Salman, o príncipe herdeiro da Arábia Saudita, e a liderança do Irã - são obstinados e propensos a assumir riscos.

É provável que, se os EUA mantiverem a acusação de que o Irã está por trás do ataque, isso levará a uma resposta militar. Se e quando ela ocorrer, haverá o risco de uma escalada maior. Como o ataque do fim de semana já causou um aumento de 15% no preço do petróleo, é óbvio o potencial de mais confusão nos mercados.

A importância do petróleo do Golfo Pérsico para o mundo está na memória coletiva do Ocidente desde que a Opep impôs o embargo de 1973. Isso quadruplicou os preços do petróleo, causando sérios danos aos mercados e à economia mundial. A lição aprendida - de que a estabilidade do fornecimento de petróleo pelos países do Golfo é crucial para a economia global - ajudou a conduzir a resposta dura do Ocidente à invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990.

Quase 30 anos depois da primeira Guerra do Golfo, as economias ocidentais estão consideravelmente menos vulneráveis a uma ruptura do fornecimento de petróleo. O aumento da produção nos EUA significa que as importações de petróleo da Arábia Saudita pelos americanos são hoje apenas um terço do que eram em 2003.

Mas menos vulnerável não quer dizer invulnerável. Ainda há um preço global para o petróleo, e a Arábia Saudita continua sendo o maior exportador do mundo. Portanto, se o fornecimento saudita for interrompido, consumidores e indústrias do mundo todo rapidamente sentirão o impacto.

A vulnerabilidade das instalações petrolíferas sauditas a ataques também ficou clara. Se o ataque foi realizado por drones, como noticiado inicialmente, é chocante o quanto instalações industriais avançadas estão vulneráveis a ataques que usam novas tecnologias baratas e amplamente disponíveis. Os sauditas têm ainda motivos para se preocupar com a segurança de seu suprimento de água. O país obtém cerca de metade da água potável que consome de usinas de dessalinização, uma das quais foi alvo de ataque de míssil em junho.

A consciência de sua vulnerabilidade a novos ataques deveria deixar os sauditas mais atentos à escalada do conflito. A estabilidade social e política do país é outra questão. A família real há muito teme a ameaça de distúrbios internos de sua maior minoria, os xiitas.

Apesar dos grandes gastos militares, a Arábia Saudita não vem conseguindo prevalecer numa guerra brutal no Iêmen - que é um problema muito menos intimidador que o Irã. Portanto, mesmo apoiando fortemente a política de “pressão máxima” de Trump com o Irã, os sauditas têm pouco interesse numa guerra de fato.

O Irã também tem interesse em evitar uma guerra, que exporia o país ao poder de fogo de seus bem armados vizinhos e, sobretudo, a um ataque dos EUA. Nos últimos meses, os iranianos fizeram uma série de provocações, como a apreensão de petroleiros ocidentais no Golfo e (provavelmente) encorajar seus aliados huthis no Iêmen a atacar alvos fáceis na Arábia Saudita.

Mas esse tipo de atitude temerária do Irã é interpretada pela maioria dos observadores ocidentais como um esforço para mostrar que Teerã não está impotente diante das sanções americanas. O país busca ainda reforçar sua posição antes de uma possível retomada das negociações com os EUA.

Quanto a Trump, apesar de sua retórica beligerante, suas atitudes mais recentes têm mostrado que ele quer avançar na diplomacia com o Irã. Um motivo importante de Trump ter demitido John Bolton na semana passada é que seu ex-assessor de segurança nacional era radical demais e se opunha a sugestões de que as sanções americanas ao Irã deveriam ser amenizadas para dar início a negociações.

Portanto, todos os lados têm interesses econômicos e estratégicos para se afastar da beira do precipício. Infelizmente, todos eles vêm se mostrando instáveis, emotivos e propensos a erros de cálculo.

O príncipe Mohammed vem demonstrando sua propensão a erros de cálculo graves com sua conduta na guerra do Iêmen e por aparentemente ter autorizado o assassinato horripilante do jornalista Jamal Khashoggi. Os iranianos, se de fato autorizaram o ataque às instalações sauditas, assumiram um risco enorme, com consequência que eles não podem controlar.

A volatilidade de Trump já foi amplamente demonstrada. A disposição do presidente de rasgar o acordo nuclear com o Irã - e depois demitir seu assessor mais duro com o Irã - também não inspira confiança de que ele saiba o que está fazendo. Isso significa ainda que a Casa Branca está entrando na que pode ser a maior crise de segurança dos anos Trump sem um assessor de segurança nacional.

Desde a eleição de Trump em 2016, observadores preocupados se perguntam como o presidente se comportaria numa verdadeira crise de política externa. Estamos prestes a descobrir.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/09/2019

Seção: Internacional

Autor: Por Dion Nissenbaum, Summer Said e Jared Malsin

Título: EUA acusam o Irã, mas Trump fala em evitar guerra

Para o serviço de inteligência dos EUA, o ataque que atingiu instalações petrolíferas da Arábia Saudita partiu de território iraniano. A afirmação foi feita ontem por fontes a par das discussões, enquanto Washington e a Arábia Saudita avaliam como responder.

A avaliação, que os EUA não compartilharam publicamente, surgiu enquanto o presidente Trump disse esperar evitar uma guerra com o Irã, e a Arábia Saudita pediu a especialistas da Organização das Nações Unidas (ONU) que ajudem a determinar quem foi o responsável pelos ataques aéreos.

Autoridades americanas compartilharam com a Arábia Saudita os relatórios do serviço de inteligência e sua avaliação de que o Irã lançou mais de 20 drones e pelo menos dez mísseis balísticos contra as instalações petrolíferas sauditas, afirmaram as fontes.

Mas as autoridades sauditas disseram que os americanos não forneceram provas suficientes para concluir que o ataque foi lançado do Irã, indicando que as informações americanas não foram definitivas. Autoridades americanas disseram que pretendem compartilhar mais informações com os sauditas nos próximos dias.

A menos que o governo saudita chegue à mesma conclusão, os EUA terão dificuldades para obter apoio regional para uma resposta unificada, disseram autoridades e analistas ocidentais na região.

Em Riad, os militares sauditas fizeram sua primeira avaliação ontem, que por pouco não acusou o Irã de orquestrar os ataques. A coalizão liderada pelos sauditas na guerra civil no Iêmen disse apenas que as armas usadas no ataque eram de fabricação iraniana e desconsiderou a reivindicação de responsabilidade feita pelos rebeldes huthis no Iêmen, aliados do Irã.

Em Washington, Trump ofereceu uma mensagem mais conciliadora para com o Irã. Após um alerta feito no fim de semana de que os EUA estavam “armados e carregados”, Trump disse ontem que quer evitar uma guerra com o Irã. “Se eu quero uma guerra?”, disse ele a jornalistas no Salão Oval. “Não quero guerra com ninguém.” A diplomacia, disse ele, “nunca está exaurida até os 12 segundos finais”.

Após avaliar a informação do governo Trump, a Arábia Saudita anunciou que vai convidar especialistas da ONU para investigar o caso e esperará pelos resultados antes de decidir como responder.

O Reino Unido, um importante aliado dos EUA, não atribuiu imediatamente a culpa pelos ataques, dizendo que está avaliando o que ocorreu e quem foi o responsável.

Autoridades americanas e sauditas estão divididas sobre como responder. Algumas querem atacar militarmente o Irã, enquanto outras temem que um ataque possa desencadear um conflito regional maior, segundo disseram autoridades dos dois países.

O presidente iraniano, Hassan Rouhani, afirmou ontem que o ataque foi um ato de autodefesa dos rebeldes huthis iemenitas. “Todos os dias o Iêmen está sendo bombardeado e civis inocentes estão morrendo”, disse durante reunião trilateral com os presidentes russo e turco na Turquia. “Quando a segurança for

restabelecida no lêmén, então será possível produzir petróleo em segurança novamente [na Arábia Saudita].”

Os últimos ataques são um teste importante para as relações entre os EUA e a Arábia Saudita, especialmente para Trump e o príncipe herdeiro Mohammed bin Salman, o governante de fato do país. Ambos mudaram as políticas externas de seus países para uma posição de maior confronto com o Irã.

Trump reuniu-se ontem com sua equipe de segurança nacional para discutir os ataques à Arábia Saudita e a escalada da tensão no Oriente Médio, segundo informou uma fonte a par das reuniões. O presidente e sua equipe, que incluiu o secretário de Defesa, Mark Esper, e o assessor de segurança nacional interino, Charles Kupperman, discutiram a possibilidade de uma ação militar contra o Irã, mas não tomaram decisões, segundo uma fonte.

Ontem, Trump disse que ainda não está considerando opções militares e espera que a Arábia Saudita tenha um papel central em qualquer resposta. “O fato é que os sauditas terão um grande envolvimento nisso, se decidirmos fazer algo.” Ele disse ainda que uma resposta terá de ser “proporcional” ao ataque às instalações sauditas.

Robert Malley, presidente do International Crisis Group e ex-coordenador da Casa Branca para o Oriente Médio no governo Obama, disse que “Trump e Mohammed bin Salman sentem a necessidade de responder, mas nenhum dos dois quer uma guerra. A questão é como eles vão conseguir a primeira coisa sem provocar a segunda”.

Os EUA assumiram há décadas a liderança em garantir a segurança das monarquias do Golfo Pérsico, em parte como uma estratégia de proteção ao fornecimento mundial de petróleo. Com isso, observadores da região acreditam que a Arábia Saudita poderá terceirizar para os EUA qualquer ação militar. “No fim das contas, a ação militar convencional é o último recurso para qualquer país e é algo que seria feito em coordenação com as partes interessadas regionais e internacionais”, disse Mo-hammed Alyahya, analista de política saudita e editor do site em inglês da TV estatal saudita al-Arabiya.

“Qualquer reação, ou falta de, terá consequências significativas para o futuro da região”, disse ele.

Ontem, Trump lembrou pelo Twitter o comportamento do Irã quando o país derrubou um drone americano em junho, um ataque que levou os EUA a

preparar uma reação militar contra o Irã. Trump cancelou a retaliação na última hora, depois de pensar melhor.

Os ataques do fim de semana foram os mais significativos num conflito que se encontra em fogo brando e que coloca os EUA e seus aliados no Oriente Médio contra o Irã e seus grupos aliados na região.

Trump impôs sanções contra o Irã que representaram um golpe duro para a economia do país.

Nos últimos meses, os EUA acusaram o Irã de realizar uma série de ataques na região, incluindo explosões que danificaram navios petroleiros no Golfo Pérsico.

Em meio ao aumento das tensões, os EUA enviaram navios de guerra, caças, bombardeiros e tropas para o Oriente Médio, incluindo mais de 500 militares e um esquadrão de aviões de guerra para a Base Aérea Príncipe Sultan, na Arábia Saudita. Grande parte desse aparato continua mobilizado, segundo autoridades.

A possibilidade de uma ação militar americana provocou reações diferentes de políticos americanos. O senador republicano Lindsey Graham, um dos mais influentes em política externa, pediu no fim de semana que os EUA colocassem “sobre a mesa” o ataque a refinarias de petróleo iranianas. Isso afetaria o fornecimento interno de combustíveis, mas não as exportações iranianas de petróleo.

Outros alertaram para os riscos de uma ação militar. O senador republicano Mitt Romney, disse ontem pelo Twitter que qualquer “envolvimento direto de militares americanos em resposta ao ataque do Irã à infraestrutura de petróleo saudita seria um grave erro”.

Os ataques de sábado demonstraram como uma guerra com o Irã poderia ser devastadora para a Arábia Saudita, já que a força vital da economia do país se mostrou muito vulnerável a ataques, apesar de centenas de bilhões de dólares em gastos militares.

O ataque elevou a pressão sobre o governo saudita. Sua defesa aérea não conseguiu impedir o ataque no sábado e outros incidentes envolvendo os huthis meses atrás, apesar de o país ter o terceiro maior orçamento militar global.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 17/09/2019****Seção: Especial****Autor: Por Lu Aiko Otta — De Brasília****Título: Estatais 'top 5' têm lucro de R\$ 60,7 bi no 1º semestre**

As estatais “top 5” registraram lucro líquido de R\$ 60,7 bilhões no primeiro semestre deste ano, um avanço de 69% sobre igual período de 2018. A taxa de crescimento elevada, mesmo após um forte período de recuperação no governo de Michel Temer, é vista na equipe econômica como uma “boa surpresa” pelo lado das receitas. E deve reforçar os argumentos a favor da privatização, uma diretriz do governo de Jair Bolsonaro.

“Se continuar nessa toada, vamos atingir um resultado de R\$ 100 bilhões em 2019, tranquilamente”, disse ao **Valor** o secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, Fernando Soares.

As “top 5” são: grupo Banco do Brasil, grupo Caixa, grupo BNDES, grupo Petrobras e grupo Eletrobras. Juntas, elas respondem por 95% do total do resultado das empresas estatais federais.

O pagamento de dividendos acima do esperado e a ligeira reação da arrecadação federal podem propiciar o desbloqueio de recursos do Orçamento federal. Uma decisão será anunciada na próxima sexta-feira.

A estimativa oficial mais recente, divulgada em julho, é que as receitas federais com dividendos de empresas chegará a R\$ 8,5 bilhões neste ano. Mas uma “conta de padeiro” indica que o volume será maior. Multiplicando o dado do primeiro semestre por dois, o lucro líquido das estatais federais chegaria perto de R\$ 120 bilhões em 2019. Desse montante, pelo menos 25%, ou R\$ 30 bilhões, devem ser distribuídos como dividendos. Para o cofre da União poderiam ir cerca de R\$ 20 bilhões, uma vez que há empresas de capital aberto no grupo.

Se serão R\$ 20 bilhões ou mais, é algo que depende de negociação entre as empresas e o Tesouro Nacional. Os 25% em dividendos são apenas a referência mínima, conforme determina a lei das Sociedades Anônimas.

A geração de lucro pelas estatais contrasta com seu desempenho no passado recente. Dados compilados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais mostram que, em 2015, o conjunto das empresas havia gerado prejuízo de R\$ 32 bilhões. Três anos depois, em 2018, o resultado havia sido revertido para lucro de R\$ 71,5 bilhões. Ou seja, uma virada de R\$ 103,5 bilhões.

A recuperação seguiu forte na primeira metade de 2019. O resultado no período é próximo ao registrado em todo o ano de 2018.

O bom desempenho financeiro das empresas estatais contribuirá para o processo de privatização, avalia Soares. O governo terá mais facilidade em colocar no mercado ativos rentáveis. O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse na entrevista que concedeu no início do mês ao **Valor** que pretende privatizar “todas” as empresas estatais.

A própria recuperação do resultado das estatais é uma mostra do acerto das desestatizações e desinvestimentos, diz o secretário. A venda de empresas explica boa parte da melhora financeira das empresas no primeiro semestre deste ano.

O grupo Petrobras, por exemplo, registrou lucro R\$ 6,8 bilhões maior do que no primeiro semestre de 2018, um aumento de 40,3%. A principal explicação é a venda de ativos no valor total de R\$ 19,8 bilhões em alienações e baixas de ativos. O destaque é a venda da TAG e dos ativos de distribuição no Paraguai.

Na Eletrobras, o aumento de 272% no resultado é explicado principalmente pela interrupção de serviços de distribuição que davam prejuízo, com a venda da Companhia Energética de Alagoas (Ceal) e da Amazonas Distribuidora.

O BNDES melhorou em 190% seu resultado sobre 2018, atingindo R\$ 9 bilhões, graças à alienação de participações societárias, que chegou a R\$ 10,4 bilhões. “O BNDES deve entrar em negócios novos, como uma ferrovia, uma concessão rodoviária”, disse Soares. “Mas não faz sentido estar em negócios maduros.” Entre as participações das quais o banco se desfez, estão papéis da Petrobras e da Vale.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Por André Ramalho — Do Rio

Título: Consumidor industrial já prepara migração para mercado livre de gás

Em meio à abertura da indústria de gás natural no Brasil, consumidores se mobilizam para migrar para o mercado livre e, assim, inaugurar esse tipo de ambiente de negócios no país. Ao menos três grandes clientes - Air Liquide, Gerdau e Yara Fertilizantes - monitoram de perto as oportunidades, e correm contra o tempo para tentar comprar gás diretamente da Bolívia, reduzindo os custos com o insumo.

O **Valor** apurou que outras dezenas de empresas se organizam e estudam formar um pool de indústrias para compra coletiva de gás. Representantes dos grandes consumidores, no entanto, ainda veem algumas incertezas regulatórias que elevam os riscos da empreitada e podem dificultar essa migração de imediato, embora haja consenso de que o caminho para o mercado livre no Brasil é irreversível.

Hoje, todas as indústrias comprem gás no ambiente cativo, ou seja, com a distribuidora. A expectativa é que, com o aumento esperado no número de fornecedores no mercado, as indústrias tenham melhores condições para negociar contatos diretamente com os novos supridores.

A curto prazo a principal oportunidade para migração para o mercado livre gira em torno da possibilidade de importação do gás boliviano. A transportadora TBG abriu neste ano uma chamada pública para a contratação da capacidade do gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol). O processo criou uma corrida de empresas ao país vizinho, para tentar negociar contratos de suprimento. Até então, não existia capacidade disponível no gasoduto para que acordos desse tipo fossem fechados, já que a Petrobras tinha contrato para uso de toda a capacidade do Gasbol.

Ao todo, 18 empresas se habilitaram para participar da chamada, dentre elas a Air Liquide, Gerdau e Yara Fertilizantes e quatro comercializadoras que tentam viabilizar um mercado livre no país (Comercializadora de Gás, Comerc, Gas Bridge e Ponte Nova Comercializadora de Gás), além de distribuidoras e produtoras do insumo. Desse universo, 13 empresas manifestaram interesse em avançar com o processo de contratação. O nome das empresas é mantido em sigilo, mas ao menos uma das grandes indústrias envolvidas - a Air liquide - confirmou que avançou na chamada pública.

“Nosso principal objetivo em contratar parte da capacidade do gasoduto é garantir o abastecimento de gás natural às plantas da empresa no Estado de São Paulo e, conseqüentemente, à nossa demanda interna pelo insumo”, afirmou o gerente de energia da Air Liquide Brasil, Flávio Kano. Ele, porém, ressaltou que a abertura exigirá ainda adequações em termos de legislação, “a fim de melhor atender à nova realidade do setor”.

O diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), José Cesário Cecchi, vê como um bom sinal a diversidade de agentes que participam da chamada. Ele acredita que a Bolívia sai na frente, como principal candidata a suprir um futuro mercado livre no Brasil. Para Cesário, a criação desse ambiente de negócios, no país, é uma questão de tempo: na medida em que o primeiro consumidor livre conseguir se viabilizar, concorrentes seguirão a tendência. “Quem sair na frente vai marcar posição no mercado. É ótimo ver que elas [indústrias] estão

participando. Acordaram. Nesse sentido, a YPFB [estatal boliviana] sai na frente, porque tem um custo de produção baixo [em relação ao Brasil]”, afirma.

Adrianno Lorenzon, coordenador de gás natural da Abrace, que representa os grandes consumidores de energia, destaca que a migração é complexa e há dificuldades em viabilizá-la ainda neste ano, mas que, ao mesmo tempo, existe uma predisposição das indústrias em “testar o modelo”.

“Há toda uma mudança de modelo. Os consumidores livres precisam fechar contratos com os supridores, transportadores e com as distribuidoras. Isso tem um nível de complexidade. Ao mesmo tempo, há empresas querendo fazer acontecer, mesmo que seja para contratar uma pequena fatia de seu consumo, para experimentar como funciona. É uma curva de aprendizado. Se não for agora, em 2020 haverá novas chamadas [para contratação da capacidade dos dutos do Centro Sul]. E no ano que vem o mercado estará num outro nível [de maturidade]”, disse.

O diretor de relações institucionais da Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento (Aspacer), Luís Fernando Quilici, afirma que o setor tem a expectativa de conseguir reduzir os preços de compra do gás para US\$ 7 o milhão de BTU (unidade térmica britânica) no city gate (ponto de entrega para a rede das distribuidoras). Atualmente, esse valor oscila entre US\$ 8,5 e US\$ 10 o milhão de BTU, dependendo da região.

O gás é o principal insumo da indústria de cerâmica, sendo responsável por 30% do custo de produção do setor. Segundo Quilici, dezenas de empresas monitoram as oportunidades de migrar para o mercado livre e estudam com outros segmentos (como os de química e vidro) a possibilidade de formação de um consórcio para compra conjunta de gás no mercado livre no médio prazo. “Isso dá maior poder de negociação”, disse.

O superintendente da Associação Brasileira das Indústrias de Vidro (Abividro), Lucien Belmonte, vê com certa cautela o otimismo sobre a criação do mercado livre no curto prazo. Segundo ele, ainda há incertezas regulatórias que trazem riscos à indústria.

Belmonte cita que ainda não há regras definidas sobre como se dará o “swap” operacional (que permite a uma empresa injetar gás no gasoduto de um transportadora e retirá-lo na malha de outra transportadora). Belmonte também destacou que ainda não está claro como será regulamentada a figura do supridor de última instância - responsável por garantir a oferta aos consumidores que por algum motivo não conseguirem ser supridos por um dos agentes em livre concorrência. “Esse é um elemento de risco alto”, afirmou.

A diretora de economia da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Fátima Giovanna Coviello, cita também a ausência de agências reguladoras em alguns Estados. “A situação futura [para o mercado livre] é promissora, mas temos que destravar gargalos para tentarmos viabilizar esse mercado livre já no curto prazo. Estamos confiantes.”

Procurada, a Gerdau informou que o seu objetivo, ao participar da chamada do Gasbol, é “entender e ajudar a desenvolver a nova dinâmica desse mercado”. A Yara preferiu não comentar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/09/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Minério em leve queda

Depois de praticamente uma semana de valorização, os preços do minério de ferro devolveram parte dos ganhos ontem no mercado transoceânico. De acordo com a publicação especializada “Fastmarkets MB”, o minério com teor de 62% negociado no porto de Qingdao caiu US\$ 0,85, ou 0,86%, para US\$ 98,45 por tonelada. Com esse desempenho, os preços da commodity acumulam alta de 16,3% em setembro e de 35,4% em 2019. Na Bolsa de Commodity de Dalian, os contratos mais líquidos com entrega em janeiro recuaram 9,50 yuans, para 670,50 yuans por tonelada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado

Título: Arcelor fecha acordo com JR Diesel e reforça o abastecimento de sucata

Siderúrgica firmou contrato com empresa de desmonte de veículos para garantir consumo de reciclados

A siderúrgica ArcelorMittal firmou contrato com a JR Diesel, especializada no desmonte de veículos pesados, para fornecimento de sucata. Bernardo Rosenthal de Vasconcellos, gerente geral de estratégia da ArcelorMittal Aços Longos, disse que pelo acordo a siderúrgica garante à JR a compra de toda sucata produzida no desmonte dos veículos.

No projeto piloto, informou Vasconcellos, foram compradas 57 carcaças de ônibus urbanos. Isso deve render 1,1 mil toneladas de sucata. Atualmente, a ArcelorMittal consome por mês 200 mil toneladas. “O potencial de reciclagem de sucata é enorme. Somente em São Paulo há 2,5 mil ônibus passíveis de serem desmontados nos próximos meses. Isso geraria cerca de 48 mil toneladas de sucata. Estamos negociando, primeiramente, com o setor privado para a compra desses veículos.”

Já as peças e partes recuperáveis dos ônibus serão revisadas, identificadas, inscritas em sistema de rastreamento e vendidas no mercado formal de peças usadas pela JR. “O contrato piloto nos deu a possibilidade de reciclar outros tipos de veículos, como carros-forte. Uma empresa nos procurou com a proposta de venda de 100 equipamentos. O potencial é grande.”

Responsável pela área de compra de matérias-primas, Vasconcellos ressaltou que, para compensar a baixa oferta de sucata, a empresa tem de recorrer a outras matérias-primas, como ferro gusa. “A sucata metálica e o ferro gusa compõem o principal custo de produção das aciarias elétricas operadas pela ArcelorMittal. Daí a importância da parceria que visa garantir uma oferta regular de sucata, com escala e preços competitivos.”

Arthur Rufino, presidente da JR Diesel, disse que a tonelada de sucata é comercializada a R\$ 450 no mercado brasileiro. “Esse acordo com a ArcelorMittal nos deu capital para a compra desses veículos. Pelo acordo, a siderúrgica antecipa o pagamento da sucata que entra como reforço do caixa”, esclareceu Rufino.

A JR Diesel tem capacidade para o desmonte de 2 mil caminhões e ônibus por ano e o acordo com a siderúrgica irá aumentar em cinco vezes a geração de sucata em 2020. “No ano passado, faturamos R\$ 50 milhões, sem esse contrato, a expectativa era manter esse valor. Agora, acreditamos que podemos crescer de 20% a 30% a receita em 2019.”

Segundo Rufino, além dos ônibus de operadores paulistas que estão aptos para o desmonte, há no país 5 mil ônibus que podem ser reciclados, o que renderia mais 100 mil toneladas de sucata. “Além disso, há no Brasil mais de 4 milhões de veículos em pátios das polícias civil, Detrans e companhia de engenharia de tráfego. Mas, para irem para o desmonte dependem de leis específicas de cada Estado.”

Já há no país a Lei Federal 12.977, de 2014, que regulamentou a atividade de desmonte de veículos e estabeleceu o rastreamento das peças, entretanto, “é uma legislação que ainda não pegou. Por isso, vemos muitos carros

abandonados nos pátios pelo país”, disse Rufino, acrescentando que caminhões de lixo também podem ir para o desmonte.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/09/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Por Marina Salles, Camila Souza Ramos e Fernanda Pressinott - SP

Título: Petróleo puxa alta de açúcar e milho

Provável valorização do etanol por causa do atentado na Arábia Saudita motivou os ganhos

A disparada dos preços do petróleo em razão do ataque terrorista do fim de semana passado na Arábia Saudita, que cortou pela metade a produção do país e deverá prejudicar durante semanas o fornecimento, levou de carona as cotações do açúcar e do milho ontem nas bolsas dos Estados Unidos.

Em Nova York, os contratos do açúcar demerara com vencimento em março, que ocupam a segunda posição de entrega, subiram 32 pontos (2,7%) e fecharam a 12,26 centavos de dólar por libra-peso. Teoricamente, o aumento do petróleo pode valorizar o etanol de cana no Brasil e fazer com que as usinas privilegiem ainda mais o biocombustível em detrimento do açúcar, daí a valorização do adoçante.

Antonio de Padua Rodrigues, diretor técnico da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica), concorda que o etanol poderá mesmo ser valorizado, mas que isso dependerá da política de preços da Petrobras. Se a estatal repassar a alta internacional aos preços domésticos da gasolina, será “uma nova perspectiva para o etanol”, disse ele durante evento ontem em São Paulo.

No mesmo evento, Fábio Meneghin, sócio-diretor da Agroconsult, calculou que, por causa da disparada do petróleo, os preços do etanol hidratado poderão subir até R\$ 0,10 se a alta internacional da gasolina for repassada pela Petrobras ao mercado doméstico.

Principal fonte para a produção de etanol nos Estados Unidos, o milho também subiu na bolsa de Chicago. Os papéis com vencimento em dezembro encerraram a sessão negociados a US\$ 3,74 por bushel (medida equivalente a 25,2 quilos), em alta de 5,25 centavos de dólar, ou 1,42%.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 17/09/2019****Seção: Finanças****Autor: Por Lucas Hirata, Gabriel Roca, André Mizutani e Rafael Vazquez — De São Paulo****Título: Disparada do petróleo agita mercados em semana de decisão de Fed e Copom**

Em uma semana de importantes decisões de política monetária pelos BCs de Estados Unidos e Brasil, mais um fator de risco entrou no radar. O ataque contra a maior instalação de processamento de petróleo do mundo, na Arábia Saudita, deixa claro que o imponderável está à espreita. A ofensiva só aumenta a lista de ameaças que as autoridades monetárias terão de levar em consideração em seus esforços para salvar uma economia global já fragilizada pela disputa comercial entre Washington e Pequim.

No mercado financeiro, a piora do quadro geopolítico exigiu uma análise detalhada dos investidores para avaliar se o evento aumenta o risco de recessão e o potencial ganho de alguns ativos num ambiente de petróleo em alta. Nesse cenário, a perda das bolsas globais ontem foi relativamente contida, justamente por causa do peso e da liquidez das ações ligadas ao petróleo, que acompanharam a firme valorização da commodity.

Em Wall Street, o setor de energia se destacou com alta de 3,29%, ficando na ponta positiva do S&P 500

Os contratos futuros para novembro do Brent, referência global da commodity, fecharam o dia em alta de 14,6%, a US\$ 69,02 o barril, na ICE, em Londres. Os preços da referência americana, o WTI, subiram 14,67% - a maior alta diária em mais de uma década - e terminaram a sessão a US\$ 62,90 o barril na Bolsa de Mercadorias de Nova York.

“Os bancos centrais provavelmente examinarão os impactos inflacionários dos preços mais altos do petróleo, mas o risco geopolítico, adicionado a um cenário de crescimento econômico já frágil, deve ser considerado”, afirmou Kerry Craig, estrategista global do J.P. Morgan, à “Dow Jones Newswires”.

Em Wall Street, o setor de energia se destacou na ponta positiva do S&P 500, com alta de 3,29%. Por outro lado, as ações das companhias aéreas estiveram entre as mais prejudicadas. A United Airlines, listada na Nasdaq, caiu 2,84%,

enquanto a American Airlines perdeu 7,28%. As ações de Delta Airlines, por sua vez, recuaram 1,57%. Neste equilíbrio fino, o índice S&P 500 fechou em queda de 0,31%, aos 2.997,96 pontos, enquanto o Nasdaq caiu 0,28%, aos 8.153,54 pontos. Já o Dow Jones interrompeu uma sequência de oito altas e perdeu 0,52%, aos 27.076,82 pontos.

Essa divisão também ficou clara no mercado de moedas. Os países exportadores de petróleo, como a Rússia, a Noruega e o Canadá, viram suas divisas se fortalecerem ante o dólar. Por aqui, entretanto, a cotação ficou praticamente no zero a zero, aos R\$ 4,0892, alta de apenas 0,05%.

Na bolsa brasileira, o avanço das ações da Petrobras - a PN subiu 4,39%, e a ON, 4,52% - equilibrou a pressão dos bancos e da Vale sobre o Ibovespa. O índice terminou o dia com leve alta de 0,17%, aos 103.680 pontos. O giro financeiro foi intenso e somou R\$ 16,3 bilhões.

O efeito nos preços do petróleo pode ser diluído e normalizado com o tempo, mas o ataque na Arábia Saudita acabou gerando um prêmio de risco de difícil auferição, por causa do “severo risco geopolítico” na cadeia petrolífera, afirma o analista Pavel Molchanov, do banco americano Raymond James. “Esse foi, de longe, o golpe mais forte contra a infraestrutura petrolífera saudita da história moderna e seria inteiramente lógico para quem está por trás do ataque tentar repeti-lo no futuro.”

No sábado, dez drones atacaram a maior instalação de processamento de petróleo do mundo em Abqaiq e o segundo maior campo de petróleo do reinado, em Khurais. O fato deve provocar uma redução de cerca de 6% na produção global da commodity e de 5,7 milhões de barris por dia - mais da metade da produção diária de 9,8 milhões do reino saudita.

O grupo rebelde Houthi, do Iêmen, assumiu a responsabilidade pelos ataques. No entanto, o presidente dos EUA, Donald Trump, e a Arábia Saudita acusaram o Irã de envolvimento com o ataque. O secretário de Defesa americano, Mark Esper, considerou os ataques “sem precedentes” em publicação no Twitter. “As forças armadas dos EUA, nossa equipe de agências, estão trabalhando com nossos parceiros para endereçar este ataque sem precedentes e defender a ordem e legislação internacionais, que estão sendo minadas pelo Irã”.

“Em geral, os preços do petróleo subindo até US\$ 80 a US\$ 90 por barril têm desempenho líquido favorável para o crescimento global, mas se tornam

negativos para a expansão quando vão além desses níveis”, dizem os analistas Abhishek Deshpande e Shakil Begg, do J.P.Morgan.

Logo, a depender da escalada dos preços do petróleo, o risco de uma recessão global só tende a aumentar. Esta é a avaliação da consultoria S&P Global Platts, que alerta condiciona a ameaça para a economia mundial a um avanço muito expressivo dos preços do petróleo, mas pondera que este não é o seu cenário-base.

É nesse contexto que o Federal Reserve (Fed, o BC americano) começa hoje sua reunião de política monetária. Na quarta-feira, o Fed anunciará sua decisão, sob ampla expectativa de corte de 0,25 ponto percentual. No entanto, a chance de manutenção da taxa básica, atualmente no intervalo de 2% a 2,25%, tem aumentado aos poucos nos últimos dias.

Por aqui, a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC será conhecida, também, amanhã. Além do petróleo como protagonista, os temores relativos à perda de fôlego da economia mundial também foram sustentados pela China, cuja a indústria produziu menos do que o esperado em agosto, ao mesmo tempo em que as vendas no varejo e os investimentos em ativos fixos também decepcionaram os mercados.

“Essa é a dinâmica que está sendo avaliada pelo mercado”, afirmou Matheus Gallina, da Quantitas, sobre o cenário externo e o movimento das taxas dos juros futuros ontem. Para ele, o comportamento do petróleo “poderia até ser outro fator a ajudar o cenário de juros mais baixos”. Na B3, a taxa do DI para janeiro de 2020 caiu de 5,27% de sexta-feira para 5,22%.

(Colaboraram Juliana Machado, Ana Carolina Neira, Victor Rezende e Marcelo Osakabe)

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/09/2019

Seção: Finanças

Autor: Por Brendan Greeley e Chris Giles — Financial Times

Título: Fed encara incertezas da guerra comercial e do ataque na Arábia Saudita

As vendas neste ano têm sido ótimas para a Winton Machine, uma empresa de 35 funcionários em Suwanee, na Geórgia, que fabrica máquinas para dobrar tubos de metal. A executiva-chefe Lisa Winton atribui o sucesso à histórica reforma tributária sancionada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald

Trump, em 2017, que liberou dinheiro para que outras fábricas comprassem as máquinas de sua firma.

A demanda cresceu tanto que agora ela precisa se mudar para uma fábrica maior. Mas a executiva tem protelado a decisão. “Estou segurando por causa dessa incerteza”, disse.

A incerteza à qual ela se refere gira em torno do comércio exterior, depois de Trump ter acelerado, freado e voltado a acelerar na guerra comercial contra a China, além de também ter ameaçado aliados tradicionais com tarifas.

O ataque no fim de semana contra a infraestrutura petrolífera da Arábia Saudita intensificou os problemas, por conta do potencial de interromper o fornecimento de petróleo.

Nesta semana, o Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos), sob o comando de seu presidente Jerome Powell, deve cortar a taxa referencial de juros em 0,25 ponto percentual pela segunda vez consecutiva. A Casa Branca continua exigindo mais afrouxamento monetário, enquanto dentro e fora do Fed há receio de que o banco central tenha subestimado as consequências econômicas das incertezas no comércio exterior e na geopolítica.

Os ataques à Arábia Saudita, que os EUA atribuem ao Irã, fizeram os preços do petróleo dispararem nesta segunda-feira, o que torna ainda mais difícil a decisão do Fed.

É possível esperar que a autoridade monetária ignore o efeito direto (a alta na cotação do petróleo), mas vai ter de pesar a influência positiva na demanda por petróleo dos EUA contra a negativa na demanda mundial, especialmente se os ataques forem o início de uma série de conflitos no Oriente Médio.

Como o grau da interrupção no fornecimento de petróleo ainda é desconhecido, o Fed provavelmente será cauteloso. Erik Nielsen, economista-chefe do UniCredit, no entanto, ressalta que um choque no preço do petróleo é a “última coisa que o mundo precisava agora”, porque cria o tipo errado de inflação.

“Isso impõe um imposto sobre as famílias e as empresas não petrolíferas por todo o mundo, em um momento no qual a economia mundial já está em desaceleração”, disse.

A possibilidade de um choque nas cotações do petróleo vai amplificar os problemas que o Fed já enfrenta para tentar compreender a profundidade do choque no comércio exterior.

Enquanto as regras para as empresas importarem e exportarem mudam a cada tuíte presidencial, os investimentos em capital fixo não residencial, um indicador dos gastos das empresas em novos equipamentos, vem se desacelerando desde o terceiro trimestre de 2018. As vendas de maquinário industrial, como o produzido pela empresa de Winton, tiveram pequena alta no segundo trimestre, mas o indicador como um todo caiu, derrubado em parte pela forte queda nos investimentos em novos prédios comerciais.

Torsten Slok, economista-chefe do Deutsche Bank, destaca outros declínios de índices que também vêm sendo registrados desde o início da guerra comercial. A média de horas semanais de trabalho na indústria caiu, da mesma forma que o número de horas extras. O motivo, sinaliza Slok, é que as incertezas começaram a ter mais peso nas decisões reais. Pode ser o caso de que as incertezas “são simplesmente muito, muito cruciais, quando se entra em períodos conturbados ou anormais”, diz.

Economistas tendem a ser céticos quanto ao impacto das incertezas na economia via reduções reais nos investimentos - e por isso minimizam sua importância nos modelos econômicos. Mas isso poderia ser um erro considerável.

Jim Bullard, presidente do Fed de Saint Louis, diz que em tempos de alta incerteza as empresas se comportam de forma diferente e são mais cautelosas nos seus investimentos. “Se fizemos tanto quanto precisávamos nesta questão, é uma boa pergunta”, disse Bullard, referindo-se à forma como o Fed reagiu. “Mas acredito que certamente levamos isso em conta.”

O conselho de governadores do Fed divulgou estudo neste mês no qual tentou quantificar a incerteza - e suas consequências - com mais precisão. Os autores acompanharam notícias de jornais e teleconferências de analistas de empresas em busca de menções à política de comércio exterior desde 1960. Concluíram que a escalada na guerra comercial em 2017 e 2018 poderia cortar entre 1 e 2 pontos percentuais dos investimentos das empresas - na mesma linha do que foi mostrado por pesquisas alarmantes sobre planos de investimentos empresariais realizadas pelo Fed de Atlanta.

Um ponto crucial é que o estudo do Fed faz a distinção entre tarifas reais e o medo de possíveis tarifas. A queda no investimento é provocada não apenas pelas tarifas, mas também pelo medo.

“Quando há negociações comerciais, pode-se prever que haverá um acordo no fim”, diz Michelle Meyer, economista-chefe nos EUA do Bank of America Merrill Lynch. “Você pode precisar ajustar, mas vai haver algum tipo de resposta, vai

haver uma solução e você pode se planejar para isso. Mas se há simplesmente uma incerteza comercial persistente, como você se planeja para esse cenário?”

Lisa Winton, a executiva-chefe da Winton Machine, tem receios quanto à guerra comercial contra a China - ela depende de algumas peças que apenas pode conseguir lá -, mas sua maior preocupação seriam eventuais problemas na aprovação parlamentar do novo Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) com o México e o Canadá, conhecido como USMCA. Ela até viajou a Washington para defender o acordo.

Ainda que as incertezas até agora tenham exercido pouco peso nos modelos dos economistas, elas sempre afetaram os negócios dela. Lisa percebe, por exemplo, um declínio nas vendas em todos os anos de eleições presidenciais - e não sabe exatamente por quê. “Quando você souber a resposta, me conte. Preciso de menos incertezas.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/09/2019

Seção: Finanças

Autor: Por Juliana Machado e Ana Carolina Neira — De São Paulo

Título: Avanço de ação da Petrobras esbarra em risco geopolítico

A disparada nos preços do petróleo fez da Petrobras a maior protagonista da bolsa de valores ontem. O destaque pode ser traduzido em vários números, entre eles a alta do giro: sozinha, a empresa concentrou 31% de tudo que foi movimentado pelo Ibovespa, além de ter ficado entre as poucas valorizações relevantes do dia - a ação PN subiu 4,39%, a R\$ 28,06, enquanto a ON ganhou 4,52%, a R\$ 31,00.

Mas não foi só a procura pelo papel que cresceu. Aumentaram também as dúvidas sobre a sustentabilidade do movimento tanto da ação, quanto do próprio petróleo. Analistas têm dificuldade em precisar o tamanho do prêmio de risco gerado por um evento com a magnitude dos ataques na Arábia Saudita. Se, de um lado, o preço alto da commodity se reflete nas receitas do setor, de outro, há riscos geopolíticos associados que são de difícil auferição.

“O prêmio de risco subiu, mas não dá para dizer em quanto. Da mesma forma que uma queda de produção eleva o petróleo, também estamos falando de um ataque à maior produtora da commodity do mundo. É difícil dizer onde vai o petróleo”, diz gestor de um grande fundo.

Com a redução de 5% da oferta de petróleo no mundo, a alta da commodity ajuda na valorização das petrolíferas porque há imediata transferência de valor para os cálculos do preço das ações (“valuation”). No entanto, o movimento

encontrou ontem mesmo um teto: no começo do dia, Petrobras PN chegou a avançar 5%, enquanto a ON subiu até 5,53%.

No caso da Petrobras, outro risco a ser mapeado com o pico de instabilidade é em relação à política de preços dos combustíveis. Como já houve, no passado, rusgas a respeito do repasse do aumento do petróleo para a gasolina e o diesel, esse tipo de preocupação não pode ser descartada agora.

“Não acredito que a Petrobras vá anunciar um reajuste da noite para o dia proporcional à disparada do petróleo porque precisamos saber a durabilidade do rali, mas se os preços seguirem em alta, ela terá que corrigir. Aí entram históricos de greve dos caminhoneiros”, diz o gestor.

O UBS subiu o preço-alvo de Petrobras e manteve a recomendação de compra do papel, mas destacou que o evento com a Aramco gera um verdadeiro “teste da solidez” da política de preços da Petrobras. Se ela não conseguir fazer repasses, a capacidade do BNDES de vender sua fatia na empresa pode estar em risco.

“Não tenho palpite sobre o que vai acontecer com a cena geopolítica, mas não temos Petrobras no momento e não pretendo comprar. Existe uma expectativa de venda de participação do BNDES e vamos aguardar esse movimento primeiro”, diz Ivan Kraiser, sócio-fundador da Garín Investimentos.

“A cada aumento de US\$ 10 no preço do barril de petróleo Brent, o Ebitda [lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização] da Petrobras tende a avançar 15%. No entanto, com o barril a US\$ 75, a Petrobras pode ter dificuldade em não repassar os custos ao diesel”, disse o Bradesco BBI.

Já para o BB Investimentos, cada aumento de US\$ 1 no preço do petróleo gera uma alta de US\$ 0,24 por PN da Petrobras. Mas a situação é difícil porque o repasse integral do preço do combustível pode desencadear uma nova paralisação de caminhoneiros, diz o analista Daniel Cobucci. **(Colaboraram Ivan Ryngelblum e Raquel Brandão)**

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 17/09/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO

Título: Preço do petróleo atinge pico com tensão no Golfo

Ataque a refinarias faz petróleo disparar

Barril subiu quase 15%, mas Petrobrás vai segurar preço de combustíveis no curto prazo

Depois dos ataques a instalações de petróleo da Arábia Saudita, os preços do petróleo dispararam ontem no mercado global, chegando a subir quase 20% no meio do dia – a maior alta desde a Guerra do Golfo, em 1991. No fechamento, as valorizações foram de 14,67% em Nova York (para US\$ 62,90) e de 14,61% em Londres (US\$ 69,02). Apesar da alta na cotação do barril, a Petrobrás, pelo menos no curto prazo, não vai mexer nos preços dos combustíveis no País. O atentado de sábado interrompeu a produção de 5,7 milhões de barris diários de petróleo, montante que representa metade do exportado pelos sauditas e 5% da produção diária no mundo.

O diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, expressou preocupações com o mercado em uma série de posts no Twitter. Ele chegou a classificar a questão como uma “espécie de 11 de setembro”, em referência ao ataque terrorista ocorrido em Nova York, há 18 anos.

Telefonema. Em busca de esclarecimentos sobre a situação do setor, o presidente Jair Bolsonaro ligou para o presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco. O executivo informou ao presidente que não haverá repasse imediato nos preços. “Conversei com o presidente da Petrobrás, e ele disse que, como é algo atípico, ele (Castello Branco) não deve mexer no preço do combustível”, explicou o presidente Bolsonaro, ao Jornal da Record.

A estatal vai avaliar o comportamento do preço do petróleo nos próximos dias para depois decidir se irá revisar os preços dos combustíveis no Brasil, reforçaram fontes da companhia. A preocupação de especialistas e investidores, porém, é que a empresa seja usada, novamente, para atender às demandas do governo, como aconteceu no passado, para segurar a inflação. A companhia mantinha os preços dos combustíveis inalterados apesar das oscilações externas, o que gerou um rombo no caixa da companhia.

Em relatório, analistas do banco UBS alertaram que, se a empresa não conseguir seguir os preços no mercado global, seu programa de venda de refinarias pode correr riscos. Com mais de 95% da capacidade de refino do País, a estatal tenta se desfazer de oito plantas, o que reduziria esse percentual para a casa dos 50%.

Ganhos. Com a disparada do preço do petróleo, as ações ordinárias da petroleira subiram 4,52% e, as preferenciais, 4,39%. O movimento fez a estatal ganhar R\$ 16 bilhões em valor de mercado. “Se essa alta (do petróleo) não for repassada, por causa da pressão dos caminhoneiros, a imagem da Petrobrás pode ser afetada. Ou seja, a governança da petroleira está em jogo”, disse Luís

Sales, analista da Guide Investimentos. No primeiro semestre, Bolsonaro chegou a acionar o presidente da Petrobrás para intervir na política de preços da companhia, prática que acabou sendo castigada por investidores. / COLABORARAM CRISTIAN FAVARO, RENATO JAKITAS e WAGNER GOMES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 17/09/2019

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Mais fogo na cena global

O ataque incendiário a uma refinaria saudita, seguido de um salto do preço do petróleo, é mais um componente, especialmente inquietante, de um cenário carregado de riscos geopolíticos, tensões comerciais, ameaças protecionistas, recuo nas trocas, perda de vigor de grandes economias e focos de insegurança financeira.

A alta de preços baterá no Brasil se a crise do petróleo se prolongar e os aumentos forem repassados sem demora ao mercado interno. Será de novo testada, nesse caso, a capacidade da Petrobrás de administrar custos e preços com prudência e sem distorção política. Ou, na melhor hipótese, o mercado internacional logo se acomodará e a nova ameaça será superada. Mas o quadro geral continuará complicado e sombrio, com muitas bombas perto de explodir. Dirigentes e técnicos do Banco Central (BC) têm apontado os perigos. Quem mais, em Brasília, percebe o conjunto de riscos?

Com vendas em queda para vários grandes mercados, como Ásia, União Europeia e Mercosul, o Brasil já contabiliza perdas comerciais importantes, num ambiente de baixo crescimento econômico, demanda fraca e queda de preços de commodities importantes, como a soja.

De janeiro a agosto a exportação de bens proporcionou receita de US\$ 148,85 bilhões, 5,2% menor que a de um ano antes pela média dos dias úteis. As vendas para os Estados Unidos, no valor de US\$ 19,70 bilhões, com aumento de 10,9%, foram a exceção mais notável, mas também a economia americana mostra enfraquecimento.

Na União Europeia, o crescimento econômico desacelerou de 0,5% no primeiro trimestre para 0,2% no segundo. Na zona do euro, de 0,4% para 0,2%. Nas sete maiores economias capitalistas o recuo foi de 0,6% para 0,4%. Dois países desse grupo apresentaram desempenho negativo. Na Alemanha, o ritmo passou de 0,1% nos primeiros três meses para -0,1% no período seguinte. No

Reino Unido, de 0,5% para -0,2%. Os Estados Unidos mantiveram o maior dinamismo nesse grupo, mas com recuo de 0,8% para 0,5%.

Novos estímulos monetários foram a primeira reação do Banco Central Europeu (BCE), na semana passada, a novos sinais de enfraquecimento econômico do bloco. A taxa de refinanciamento ficou inalterada em zero por cento, mas os juros para depósitos bancários na instituição, já negativos, passaram de -0,45% para -0,5%, aumentando o incentivo para os bancos manterem o dinheiro nas operações de mercado. Além disso, o presidente do BCE, Mario Draghi, anunciou o reinício das compras mensais de títulos para lançar recursos no setor privado.

Mas a política monetária, já muito frouxa, será insuficiente para animar a economia na zona do euro, disse Draghi ao apresentar as novas decisões. Pela primeira vez em anos, o presidente do BCE conclamou os governos a usar estímulos fiscais, isto é, a afrouxar a execução orçamentária, deixando no mercado recursos para animar os negócios.

O apelo foi dirigido aos governos “com espaço fiscal”, capazes de suportar algum relaxamento nas contas. A mensagem foi repetida nesta segunda-feira, numa palestra, pelo economista-chefe do Banco Central Europeu, Philip Lane.

Nos Estados Unidos, o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) anunciará amanhã uma nova decisão sobre os juros. Um novo corte será bem recebido pelos mercados. O presidente Donald Trump tem pressionado publicamente por um maior afrouxamento monetário, embora o Fed seja legalmente independente do Executivo.

Também no Brasil o BC deverá informar na quarta-feira, no começo da noite, como ficarão os juros básicos nos 45 dias seguintes. No mercado, a previsão dominante é de um corte de 0,5 ponto de porcentagem.

Se a nova redução se confirmar, será adicionado um estímulo à reanimação da economia, atualmente muito fraca. Incentivos fiscais estão fora da pauta do governo, pelo menos oficialmente, por causa das más condições das contas públicas. As principais defesas contra choques externos continuam sendo o superávit comercial, embora declinante, e reservas em torno de US\$ 380 bilhões. Será bom preservar esse colchão tanto quanto possível.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 17/09/2019****Seção: Internacional****Autor: NYT, AFP, EFE e REUTER NOVA YORK****Título: Sauditas ligam arsenal do Irã a ataque a refinaria e elevam tensão no Golfo**

Oriente Médio. Rebeldes houthis que lutam na guerra civil do Iêmen reivindicam autoria do bombardeio que paralisou metade da produção de petróleo saudita, mas Riad culpa Teerã; Trump diz não querer guerra com ninguém, mas promete descobrir culpados

A Arábia Saudita afirmou ontem que armas iranianas foram usadas nos ataques do fim de semana que interromperam metade da produção de petróleo do país. Rebeldes houthis, que lutam no Iêmen com apoio iraniano e contra uma coalizão liderada pelos sauditas, reivindicaram a autoria do bombardeio. Os sauditas acreditam que os insurgentes iemenitas não poderiam ter feito uma operação tão complexa. Aliado dos sauditas na guerra contra os rebeldes, o presidente americano, Donald Trump, afirmou ontem que “parece” que o Irã é responsável pelo ataque, mas o governo americano precisa obter mais provas.

“Queremos determinar com certeza quem fez isso”, afirmou Trump, assegurando apoio à Arábia Saudita. No entanto, o presidente moderou o tom adotado na véspera e disse que gostaria de evitar um conflito. “Não quero guerra com ninguém.” Washington já havia culpado Teerã pela ação. No sábado, o secretário de Estado, Mike Pompeo, alegou que não havia provas de que os drones utilizados na ação tenham partido do Iêmen para promover o que chamou de “ataque sem precedentes contra o abastecimento energético mundial”.

Para reforçar a tese de Pompeo, uma fonte do Departamento de Estado, que não quis se identificar, forneceu à rede de TV CNN imagens de um satélite privado que mostram as instalações sendo atacadas pelo norte, sugerindo que a ação partira do Iraque ou do Irã, entre outros detalhes. O Iraque, preocupado com especulações, negou ainda no domingo que os drones tenham saído de seu território. O presidente iraniano, Hassan Rohani, também negou qualquer envolvimento de seu país com os ataques e disse que os rebeldes que reivindicaram sua autoria estavam apenas se defendendo dos bombardeios sauditas. “O Iêmen é alvo de bombardeios diários. O povo do Iêmen tem sido obrigado a responder. Ele só se defende”, declarou Rohani em Ancara, após uma reunião de cúpula com os presidentes russo, Vladimir Putin, e turco, Recep Tayyip Erdogan.

Após a reunião, Putin sugeriu que os sauditas poderiam fazer como os iranianos e comprar o sistema de defesa antiaérea russo. “Estamos prontos para ajudar”, disse Putin. Provas. Ao comentar as imagens divulgadas pela CNN, analistas militares disseram que elas podem ajudar a apoiar o argumento de Washington, mas ponderaram que não são definitivas. “Essas imagens não mostram outra coisa a não ser a precisão do ataque contra os tanques de petróleo. Mas não há nada nelas que confirme que o lançamento tenha partido de uma localização em particular”, disse o general Mark Hertling.

O ataque de sábado à refinaria de Abqaiq, na Arábia Saudita, e ao seu campo de petróleo de Khurais levou à interrupção da produção de 5,7 milhões de barris diários de petróleo, equivalente a quase 6% do suprimento diário global. O campo responde por metade da produção saudita, que por sua vez é responsável por 10% da produção mundial. O mundo consome quase 100 milhões de barris por dia. As primeiras alegações sauditas foram feitas ontem pelo porta-voz da coalizão que combate os rebeldes do Iêmen, Turki al-Malik. Em sua primeira reação oficial ao ataque, o príncipe herdeiro saudita, Mohamed bin Salman, voltou a culpar o Irã. “As ameaças iranianas não estão direcionadas somente ao reino. Seus efeitos alcançam o Oriente Médio e o mundo”, declarou o príncipe.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 17/09/2019

Seção: Economia

Autor: Renato Jakitas

Título: ‘Política do governo para Petrobrás será testada’

Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE)

O diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, acredita que a decisão sobre o repasse ao consumidor do impacto da forte alta do petróleo, em razão dos ataques a instalações na Arábia Saudita, vai ser um teste à política de preços da Petrobrás. “A gente (vai) descobrir, de verdade, a política do governo Jair Bolsonaro com relação à Petrobrás.” Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista:

O mercado já sabe a extensão do ataque na Arábia Saudita?

Não. Sabemos que o ataque reduziu pela metade a produção da Arábia Saudita, que responde por 10% da produção mundial de petróleo. O preço do petróleo teve seu pico de alta, o maior desde a guerra do Kuwait, em 1991. Foi algo bem similar em termos de alta do preço.

Quais os impactos imediatos no Brasil?

O primeiro, e mais óbvio, é a gente descobrir qual é, de verdade, a política do governo Bolsonaro com relação à Petrobrás. Espero que a empresa mantenha o compromisso de adotar uma política de preço alinhada com o mercado internacional. Sendo assim, espero aumento nos preços dos combustíveis nas refinarias para as próximas semanas. O problema é que o governo, até agora, está alinhado com a categoria dos caminhoneiros. Será que ele vai assumir esse desafio? Se não assumir, o mercado vai reagir mal. Se não reajustar o preço e acompanhar o mercado internacional, certamente terá dificuldades em vender as refinarias da Petrobrás, que estão preparadas para serem vendidas.

De quanto seria hoje o aumento para os combustíveis?

Com base no cenário que observamos hoje, que é a possibilidade de o barril do petróleo se estabilizar em um novo patamar, de US\$ 75, esse aumento nas refinarias teria de ser de 8% a 10%. Nas bombas, o aumento é sempre menor.

Esse reajuste para o consumidor final viria quanto?

Para as próximas semanas. Não pode ser nada de imediato, já que a Petrobrás precisa avaliar o que vai acontecer com o mercado.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/09/2019

Seção: Mercado

Autor: Julia Moura e Nicola Pamplona

Título: Disparada do petróleo testa política da Petrobrás

Petróleo sobe 13% com corte recorde na produção, mas Petrobrás segura preços

Estatual vê cenário de instabilidade no mercado e vai esperar para decidir se reajusta gasolina e diesel

São Paulo e Rio de Janeiro- O maior corte na produção global de petróleo da história levou as cotações internacionais a subir 13% em apenas um dia, a maior alta diária em 11 anos. A Petrobrás, porém, decidiu não mexer nos preços dos combustíveis por enquanto, sob o argumento de que o cenário ainda é muito volátil.

As ações da empresa foram beneficiadas na Bolsa, mas analistas veem o cenário como um teste para a política de preços dos combustíveis, que prevê o acompanhamento das cotações internacionais dos derivados de petróleo.

O corte, de 5,7 milhões de barris, foi provocado por ataques no sábado (14) a instalações petrolíferas na Arábia Saudita, o segundo maior produtor mundial. Os ataques foram reivindicados por grupos rebeldes no Iêmen, mas os Estados Unidos acusam o Irã.

A Arábia Saudita é o maior exportador de petróleo. O corte representa metade de sua produção e cerca de 6% da oferta global. Foi maior do que o verificado no segundo choque do petróleo, em 1970, quando o Irã retirou do mercados, 6 milhões de barris por dia em meio à revolução islâmica naquele país.

Embora autoridades do setor digam que haja condições de compensar a perda, houve uma corrida por contratos futuros de petróleo. Nesta segunda-feira (16), o petróleo do tipo Brent fechou em alta de 13%, a US\$ 68, maior cotação desde 29 de maio.

A alta percentual é a maior desde 31 de dezembro de 2008, quando a cotação avançou 13,55%. No período, o preço do barril estava em trajetória de queda, marcada por grandes oscilações diárias, após o pico histórico de US\$ 146, em julho do mesmo ano.

A Petrobras não se manifestou oficialmente sobre o assunto, mas a Folha apurou que a avaliação interna é que o cenário ainda é de grande volatilidade e, por isso, é preciso esperar os próximos movimentos antes de decidir por reajustes.

O preço do diesel subiu pela última vez na sexta (13), e o da gasolina, no dia 5.

Para os analistas Luiz Carvalho e Gabriel Barra, do banco UBS, a situação é “desafiadora”, já que, além do petróleo, a taxa de câmbio deve sentir os efeitos da crise no Oriente Médio.

Eles lembram que no passado, a Petrobrás segurou seus preços em crises semelhantes, gerando prejuízos em suas operações de refino. “A gestão atual tem conseguido implementar uma estratégia bem-sucedida até agora e esse evento será um importante teste sobre a solidez dessa política.”

“Questões de curto prazo devem surgir, já que, no caso de repasse integral do preço do petróleo para o consumidor, caminhoneiros que já mostram desconforto com o preço do diesel e a política de frete mínimo podem se reorganizar para uma nova greve”, concorda Daniel Cobucci, do Banco do Brasil Investimentos.

Em abril, durante um ciclo de alta das cotações internacionais, o presidente Jair Bolsonaro determinou que a direção da Petrobrás suspendesse reajuste no

preço do diesel, alegando risco de nova greve de caminhoneiros. A decisão levou a estatal a perder R\$ 32 bilhões em valor de mercado em apenas um dia.

“É provável que essa disparada do petróleo não resulte em aumento dos preços de combustível, até porque o governo já demonstrou dificuldade em fazer isso em outros momentos —na última vez que tentou, tivemos a greve dos caminhoneiros”, escreveram Matheus Salomão e Thiago Soares, da Rico Investimentos.

As ações da Petrobrás tiveram forte alta, ajudando a Bolsa de Valores de São Paulo a fechar o dia em valorização de 0,17%, a 103.680 pontos. Os papéis preferenciais, mais negociados, subiram 4%, para R\$ 27,95. Os ordinários, com direito a voto, tiveram alta de 4,45%, para R\$ 30,98.

O desempenho das ações da Petrobrás nos próximos dias, porém, dependerá da duração da crise e da resposta da empresa. Analistas temem que o acirramento das tensões geopolíticas no Oriente Médio possam levar a cotação do petróleo a se fixar em patamares superiores do que os registrados ao longo do ano.

“Há um risco geopolítico com as tensões entre Estados Unidos, Arábia e Irã, que pode levar o episódio a virar uma crise maior”, afirma George Wachsmann, sócio da gestora digital Vitreo.

“Em quanto tempo a Arábia Saudita vai conseguir retomar a produção?”, questiona.

Autoridades mundiais dizem que, por ora, não há risco de desabastecimento, diante de elevados estoques e da desaceleração econômica. Ainda no sábado (14), a Agência Internacional de Energia, afirmou que os cortes podem ser compensados por estoques comerciais.

No domingo (15), o presidente dos EUA, Donald Trump, autorizou o uso de estoques de emergência dos países para assegurar a estabilidade do suprimento.

Com o crescimento da produção de reservas não convencionais nos Estados Unidos, a dependência de petróleo do Oriente Médio é hoje menor do que no passado, destacou o analista sênior da Oanda, Alfonso Esparza.

A própria Arábia Saudita tem estoques que podem garantir entregas por uma semana, de acordo com o diretor da Wood Mackenzie, Vima Jayalaban.

“O impacto e os próximos passos vão depender da duração dos cortes”, afirma.

A manutenção dos preços em patamares mais elevados pode dificultar ainda mais o cenário econômico global, que já dá sinais de recessão.

Uma eventual alta nos preços dos combustíveis, que impacta o índice de preços, pode minar as expectativas dos mercados e cortes de juros, tanto nos Estados Unidos, como no Brasil, cujos bancos centrais decidem o destino da taxa básica de juros nesta quarta-feira (18).

“Caso a situação não se normalize rapidamente, esse evento aumentará as chances de um cenário de maior desaceleração de crescimento com riscos inflacionários tanto para o Brasil quanto para o mundo”, afirmou, em relatório, a XP Investimentos.

O diretor-geral da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), Décio Oddone, comparou os ataques ao lide Setembro do mercado de petróleo, em referência ao ataque terrorista às torres gêmeas, ao aumentar a percepção de risco no setor.

Ele afirmou, porém, que não há risco de desabastecimento de combustíveis no país. Segundo Oddone, o cenário global pode melhorar o interesse pelos três leilões de áreas exploratórias que o país fará até novembro.

No Brasil, para analistas, o principal impacto neste momento se dá sobre as companhias aéreas, que têm no querosene de aviação parte significativa de seus custos. Azul e Gol estiveram entre as maiores desvalorizações do pregão desta segunda-feira: a primeira com queda de 8,45% e a segunda, de 7,77%.

Com um cenário de maior aversão ao risco, outras empresas listadas também tiveram queda. Apesar do temor de investidores quanto aos desdobramentos dos ataques, o dólar fechou estável, a R\$ 4,09.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/09/2019

Seção: Mercado

Autor: Fernanda Delgado

Título: Alta no preço da commodity pode auxiliar no aumento de receitas da balança comercial

Alta no preço da commodity pode auxiliar no aumento de receitas da balança comercial

ANALISE

Professora e Coordenadora de Pesquisa da FGV Energia

A primeira pergunta que passou pela cabeça de quase todos os brasileiros que viram as notícias dos ataques às instalações da Saudi Aramco no sábado (14) e a

conseqüente pressão para cima nos preços do óleo cru no mercado internacional foi: e o preço do diesel aqui no Brasil, como vai ficar?

Isso porque a nova política de reajuste de preços de combustíveis da Petrobrás, em vigor desde outubro de 2016, tem causado uma série de indagações entre especialistas e os consumidores finais.

Com alterações que chegaram a ser diárias, os preços da gasolina e do diesel estão alinhados conforme as variações do mercado internacional e do câmbio.

O fato é que, desde o início dessa nova política de reajuste e, apesar da subvenção aplicada pelo governo federal (consequência da greve dos caminhoneiros em 2018), o preço do produto tem subido continuamente.

Por mais que a estatal brasileira coloque que a sua intenção seja a de aumentar a competitividade da companhia e incentivar a entrada de investidores no país, principalmente no segmento de downstream, sabe-se que existem desafios relevantes atrelados a essa política.

Assim, quando drones atacaram as instalações de processamento de petróleo da Arábia Saudita em Abqaiq, as notícias de aumento de preços reverberaram nos mercados globais já desde o início da noite de domingo (15).

Os ataques tinham como alvo uma grande planta de processamento de petróleo e um grande campo de petróleo da Saudi Aramco.

O ataque reduziu o suprimento global de petróleo em 5% e levantou algumas questões geopolíticas sérias, primeiro quando os rebeldes houthis do Iêmen assumiram a responsabilidade e, especialmente, quando Washington culpou o Irã sem apresentar nenhuma prova.

Na visão de muitos analistas internacionais, a intensificação da situação é extremamente tensa, com uma possível escalada militar envolvendo a Arábia Saudita, o Irã, o Iêmen e os Estados Unidos.

Adicionalmente, é massivamente perturbador para a indústria do petróleo um spike de preços de 19% —o maior salto desde 1991, quando o Iraque invadiu o Kuwait na preparação para a Guerra do Golfo. Ainda na noite de domingo, o presidente Donald Trump anunciou (via Twitter) a possibilidade de uso das reservas estratégicas de petróleo dos EUA para contornar a alta dos preços.

Ainda assim, vale destacar que a própria Arábia Saudita, como membro swing da Opec, tem capacidade ociosa de aproximadamente 2 milhões de barris por dia e poderia disponibilizá-los ao mercado.

À parte isso, uma liberação do embargo norte-americano à Venezuela poderia também colocar mais óleo cru disponível no mercado internacional, diminuindo a pressão nos preços.

Para o Brasil, existem pontos positivos e negativos a serem avaliados.

Em se tratando de um movimento que perdure por um período maior do que um mês ou dois (entendendo esse como um movimento conjuntural apenas), o aumento no preço da commodity pode tornar mais atraentes os leilões de áreas dos próximos meses, aumentando as margens dos projetos das companhias petrolíferas. Pode-se atribuir essa explicação em parte à área de estabilidade que o Brasil representa face às demais zonas de instabilidade no resto do mundo, como o golfo Pérsico, a Rússia, a Turquia, algumas regiões da África, à instabilidade política da Argentina, entre outras regiões.

Adicionalmente, os preços maiores no mercado internacional representariam também aumento da arrecadação dos royalties e participações especiais nos estados produtores, incrementando as receitas destes.

Simultaneamente, há um aumento das receitas da balança comercial nacional, uma vez que se exporta parte do óleo cru produzido no Brasil.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/09/2019

Seção: Mercado

Autor: Edmar de Almeida

Título: Reajustar combustíveis agora seria precipitação e um retrocesso

ANÁLISE

Professor do Instituto de Economia da UFRJ

O ataque à Arábia Saudita representa um divisor de águas na geopolítica do petróleo do Oriente Médio. Com a bênção e proteção americana, a capacidade de produção saudita nunca esteve seriamente ameaçada nas frequentes crises políticas e militares na região.

Entretanto, esse ataque abalou não apenas 50% da capacidade de produção saudita mas também a confiança do mercado em relação ao futuro de cerca de 30% da produção mundial de petróleo localizada no Oriente Médio.

A imediata subida dos preços do petróleo após os ataques reflete justamente o medo de que a escalada do conflito na região comprometa o equilíbrio do mercado para além do curto prazo.

Os efeitos do novo contexto do mercado global de óleo sobre o Brasil serão importantes.

No curto prazo, o Brasil terá que novamente enfrentar pressões políticas para que os preços domésticos deixem de acompanhar o mercado internacional. Muitos dirão que não é justo que os consumidores brasileiros paguem por guerras e conflitos alheios.

Esse caminho, aparentemente justo para muitos, representaria um retrocesso para a tentativa de mudar a estrutura do mercado brasileiro de derivados e de atrair investidores para nosso setor de refino, além potencialmente impactar o Tesouro Nacional num momento delicado para as contas públicas.

A última experiência de intervenção nos preços de combustíveis, em resposta à greve dos caminhoneiros, deixou um gosto muito amargo na boca dos contribuintes brasileiros.

Mais a médio prazo, o impacto da elevação dos preços na economia brasileira vai depender do novo patamar de equilíbrio dos preços. É importante lembrar que o Brasil já é um grande exportador de petróleo, com venda líquida de quase 1 milhão de barris por dia. Certamente preços mais elevados afetam positivamente nossas exportações.

Ademais, a indústria de petróleo nacional encontra-se em franca expansão, em particular na área do pré-sal. O investimento no setor está numa trajetória ascendente, com a progressiva superação da crise decorrente da forte queda dos preços em 2014.

Ressalte-se ainda o fato de que neste ano o país está implementando uma política arrojada de promoção de rodadas de licitação, com a oferta de um grande volume de ativos para concessões. A expectativa de preços mais elevados certamente é um fator que afeta positivamente os investimentos e aumenta a chance de sucesso das rodadas.

Por fim, e não menos importante, preços mais elevados aumentam a arrecadação de royalties e participações governamentais. Isso pode contribuir em muito para aliviar o sufoco fiscal de estados grandes produtores de petróleo como o Rio de Janeiro.

É certo que preço de mercado mais elevado é ruim para o consumidor. Mas é também importante entender que nenhuma indústria é sustentável com preços artificiais. Assim, é preciso muita calma nesta hora para que o governo não tome decisões precipitadas que possam comprometer a retomada do setor petrolífero. Essa indústria representa um dos poucos motores ainda funcionando e com capacidade de puxar o crescimento.

VEÍCULO: O Globo**Data: 17/09/2019****Seção: Editorial****Autor:****Título: O grande poder desestabilizador dos conflitos no Golfo Pérsico**

Ataque de xiitas a instalações petrolíferas da sunita Arábia Saudita ameaça o mundo

O ataque a instalações petrolíferas da Arábia Saudita no fim de semana, subtraindo mais de 5% do suprimento mundial de petróleo, é prova da enorme dificuldade para qualquer entendimento entre as forças que se digladiam na região. Tanto quanto isso, realça a importância estratégica do Oriente Médio para o mundo.

Os xiitas iranianos e satélites se enfrentam há séculos com os sauditas sunitas e aliados num embate com ingredientes religiosos e desdobramentos geopolíticos. Os ataques a uma unidade da Aramco, estatal saudita que se prepara para fazer uma abertura de capital de grandes dimensões, teriam sido feitos por drones guiados pela milícia houthi, do Iêmen, apoiada pelo Irã e duramente atacada pelo reino de Mohammed bin Salman, homem forte na Arábia saudita. MbS, filho do rei Salman, chegou a ser aclamado como prenúncio do fim do controle medieval dos costumes no reino, entre outros avanços. As mulheres, por exemplo, passaram a poder dirigir, mas o supostamente liberal MbS é acusado de ter determinado o assassinato e esquartejamento do jornalista dissidente Jamal Khashoggi, em um consulado do reino na Turquia. Além de não se preocupar com a população civil nos ataques e cercos que promove contra os houthis no Iêmen.

No Oriente Médio os confrontos têm a participação externa. Na região transitam forças americanas, europeias e russas. Estas, como parte do projeto de Putin de buscar uma projeção mundial perdida com a dissolução da União Soviética.

O secretário de Estado americano, Mike Pompeo, logo acusou o Irã, país que detém capacidade militar de lançar ataques com mísseis. Reaquece-se o fogo da crise no Oriente Médio, com ameaças à economia mundial. O ataque elevou abruptamente o preço do petróleo em cerca de 20%, o maior desde a Guerra do Golfo, 1990/91.

Se o ambiente econômico mundial já inspirava cuidados, com sinais de desaceleração em China, Europa e Estados Unidos, este choque de preços agrava a situação. Piora expectativas que já não eram boas.

O Oriente Médio confirma seu poder de mexer com o mundo. Embora haja forte crescimento do uso de fontes de energia renováveis, o petróleo continua capaz de produzir crises globais. E continuará assim durante muito tempo.

Outro aspecto da questão é a fixação de Donald Trump com o Irã. Segundo funcionários do aparato de inteligência americana, os persas participaram diretamente dos ataques. Podem ter dado motivos para Trump atacar.

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/09/2019

Seção: Economia

Autor: DAIANE COSTA

Título: Alta prolongada do barril afetaria inflação e juros, avaliam economistas

Na avaliação de especialistas, os efeitos dos ataques às instalações de produção de petróleo na Arábia Saudita sobre a economia brasileira dependerão do quão duradoura será a alta do preço do barril no mercado internacional. Inflação e juros são os mais sensíveis. Uma maior cotação do barril pode pressionar para cima preços de combustíveis, frete e aviação. Frente ao risco de aumento da inflação, o Banco Central pode se tornar mais cauteloso na sua política de afrouxamento monetário.

— Se for um sobe-e-desce temporário, não terá impacto. A Petrobras tem adotado uma política de preços que vem conseguindo suavizar choques no câmbio, por exemplo. Os estoques da própria Arábia Saudita são suficientes para manter o patamar anterior aos ataques, e a oferta de petróleo vinha superando a demanda. A pergunta é se o preço do barril vai mudar de patamar, o que pode gerar consequências — analisa Luis Otavio Leal, economista-chefe do Banco ABC.

Assim como Leal, o economista-chefe do banco Modal-mais, Alvaro Bandeira, também não acredita que o Banco Central mude a disposição para reduzir a taxa básica de juros para 5,5% ao ano na reunião do Copom amanhã:

—Vários bancos centrais do mundo têm reunião esta semana e seguem a tendência de queda dos juros. Não vejo razão para mudar. Agora, se os preços altos perdurarem, vai aumentar a expectativa de inflação no mundo inteiro.

VEÍCULO: O Globo**Data: 17/09/2019****Seção: Economia****Autor: RAMONA ORDONEZ, MANOEL VENTURA, BRUNO ROSA E GABRIEL MARTINS*****Título: Petrobras segura preço de combustível**

Salto do petróleo

Petrobras vai segurar preços dos combustíveis até mercado se estabilizar

Os atentados às instalações da petrolífera Saudi Aramco, na Arábia Saudita, no sábado, provocaram a maior alta do petróleo em três décadas. Os ataques levaram à suspensão de metade da produção do país, ou 5,7 milhões de barris por dia, o equivalente a 5% do volume produzido globalmente, a maior interrupção da História. Mas, apesar da disparada na cotação do petróleo, a Petrobras decidiu que não vai reajustar os preços dos combustíveis neste momento, o que foi confirmado pelo presidente Jair Bolsonaro. A cotação do barril de petróleo tipo Brent, referência internacional, teve a maior alta percentual desde 1988. O contrato para novembro fechou com valorização de 14,61%, a US\$69,02. Já o barril do WTI, negociado em Nova York, saltou 14,7%, a US\$ 62,90, a maior alta desde dezembro de 2008.

CARTÃO CAMINHONEIRO

Em uma entrevista para a TV Record, à noite, Bolsonaro assegurou que a Petrobras não vai mexer no preço dos combustíveis no país: —A tendência natural é seguir o preço internacional que vem da refinaria para a bomba. O governo federal já zerou os impostos da Cide e não podemos exigir nada de governadores no tocante a ICMS. Conversei agora há pouco com o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, e, como é algo atípico, ele não deve mexer no preço do combustível. Bolsonaro ainda mandou um recado aos caminhoneiros, mencionando o Cartão Caminhoneiro: —Com esse cartão, lançado há poucos dias, ele pode chegar no posto e comprar X litros de óleo diesel, e por 30 dias esse preço estará garantido para ele.

Segundo uma fonte, a Petrobras vai aguardar a evolução dos preços no mercado internacional para tomar qualquer tipo de decisão: —A companhia vai aguardar a volatilidade dos preços e tomar uma decisão. A estatal tem mecanismos de proteção, com a sua política de hedge. Além disso, o preço do barril fechou a US\$ 69. Por isso, não há nada que justifique ainda um aumento. Uma possível alta nos preços dos combustíveis preocupa o governo por causa da reação imprevisível dos caminhoneiros. O governo não sabe como a categoria receberia

um aumento repentino no valor do diesel e teme a “fúria” dos motoristas. Em maio, o anúncio de que a Petrobras iria reajustar o preço do óleo diesel irritou os caminhoneiros, que ameaçaram fazer uma nova paralisação nacional.

Naquela ocasião, um acordo costurado pelo Ministério da Infraestrutura estabeleceu que o custo do diesel seria repassado para a tabela do frete sempre que o combustível subir mais que 10%. Agora, o governo conta com esse gatilho para conter uma eventual insatisfação da categoria. O Ministério da Economia informou, em nota, que está acompanhando os desdobramentos do ataque e “analisando seus impactos no mercado internacional e na economia doméstica.” Em uma rede social, o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, comparou os ataques na Arábia Saudita ao atentado terrorista de 11 de setembro de 2001, em Nova York. “Do ponto de vista do risco, o evento de sábado pode ser considerado uma espécie de 9/11 (ataque às Torres Gêmeas) do mercado do petróleo. Depois dele, a sensação de risco aumentará”, afirmou Oddone, acrescentando que as petrolíferas, agora, terão de se preocupar com a segurança de suas instalações.

ALTA DE 4,5% DA PETROBRAS

Os ataques derrubaram os principais mercados acionários globais. Em Nova York, o índice Dow Jones recuou 0,52%, e o S&P 500, mais amplo, perdeu 0,31%. Na China, o índice CSI300, que reúne as maiores companhias listadas em Xangai e Shenzhen, fechou em queda de 0,4%. Na Europa, Londres caiu 0,63%, enquanto Frankfurt e Paris recuaram 0,71% e 0,94%, respectivamente. — Nunca vimos uma interrupção de fornecimento e uma resposta dos preços como estas no mercado de petróleo — disse à agência Bloomberg Saul Kavonic, analista de energia no banco Credit Suisse. Já o Ibovespa, referência da Bolsa brasileira, apesar de passar o dia em baixa, recuperou-se no fim do pregão e fechou em alta de 0,17%, aos 103.680 pontos, puxado principalmente pelos papéis da Petrobras.

As ações ordinárias (ON, com direito a voto) da estatal avançaram 4,52%, e as preferenciais (PN, sem voto) subiram 4,39%. Os papéis das companhias aéreas, porém, sofreram com a perspectiva de alta no querosene de aviação. As ações da Azul tiveram um tombo de 8,45%, e as da Gol, de 7,77%. O dólar comercial subiu 0,05%, a R\$ 4,0886.

*Com agências internacionais

VEÍCULO: O Globo**Data: 17/09/2019****Seção: Economia****Autor: RAMONA ORDONEZ, BRUNO ROSA E JOÃO SORIMA NETO RIO E SÃO PAULO****Título: Disparada na cotação é teste para política de preços, dizem analistas**

Se o barril ficar acima de US\$ 70, especialistas citam necessidade de reajuste de até 10% na gasolina

Os ataques com drones a instalações de petróleo na Arábia Saudita vão representar um teste para a política de preços da Petrobras e o maior desafio para a direção da estatal, comandada por Roberto Castello Branco. A petroleira acompanha em tempo real o desempenho do mercado internacional. Nas contas de Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), se o petróleo se firmar no patamar de US\$ 70, gasolina e diesel precisariam ser reajustados entre 8% e 10%. Ontem, o barril do Brent, que serve como referência, fechou em alta de 14,6%, a US\$ 69,20.

—A Petrobras terá de esperar alguns dias ou semanas para ver como ficarão os preços. Mas ela tem de ter serenidade para aumentar os valores nesse mercado volátil. Tudo seria mais fácil se tivéssemos criado algum fundo de estabilização dos preços —disse Pires.

MEGALEILÃO MAIS ATRAENTE

Caso a turbulência nas cotações continue, a Petrobras terá não só de provar a independência de sua política de preços como lidar com as pressões no mercado doméstico. O repasse da alta nas cotações do petróleo para o diesel foi o pano de fundo da greve dos caminhoneiros, deflagrada em 2018, que causou uma crise de abastecimento. O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que, por ora, não haverá reajuste, após conversar por telefone com Castello Branco.

Desde junho, a estatal reajusta os preços sem uma periodicidade definida. Antes disso, havia um prazo mínimo definido entre reajustes.

“Um dos maiores dilemas dos investidores sobre a Petrobras está relacionado à sua capacidade de seguir as variações internacionais de preços e a volatilidade da taxa de câmbio. Agora vemos um situação desafiadora para a empresa, pois esperamos que o petróleo suba e que, depois, volte a se depreciar. Como consequência, a Petrobras pode ser forçada a seguir uma recuperação interna significativa de diesel e gasolina, o que poderia desencadear uma reação de outras áreas da economia, como motoristas de caminhão”, escreveram os analistas Luiz Carvalho e Gabriel Barra do banco UBS.

Edmar Almeida, do Instituto de Economia da UFRJ, ressalta que o mecanismo de hedge (proteção) dá à Petrobras uma segurança de não ter prejuízo com a volatilidade dos preços internacionais, mas por um período curto. Se os preços do petróleo se mantiverem altos, a estatal terá que decidir por reajustar os preços dos combustíveis:

— É uma situação atípica, e a Petrobras vai ter que dar uma resposta essa situação.

Se, de um lado, a instabilidade pode aumentar os preços para o consumidor, de outro, deve ter impacto positivo na arrecadação de municípios e estados com royalties e participações especiais.

Além disso, a disparada de preços e o aumento do risco geopolítico tendem a tornar o megaleilão de petróleo previsto para novembro mais atraente para os investidores.

—A alta dos preços do petróleo é boa para o Brasil porque vai atrair mais investidores para o megaleilão, na medida que o país não tem esses problemas geopolíticos como no Oriente Médio — ressaltou Giovani Loss, do Mattos Filho Advogados.

Segundo David Zylbers-tajn, ex-diretor geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), embora a situação não seja confortável para a Petrobras, a empresa terá de ser transparente.

Para Carlos Maurício Ribeiro, do Vieira Rezende Advogados, se a alta dos preços internacionais se mantiver por um período longo, a Petrobras não terá saída a não ser fazer reajuste:

— Não vejo a Petrobras fazer nada em desacordo com o governo federal. Qualquer decisão que venha a tomar, de manter os preços inalterados ou reajustar, precisa avaliar bem as consequências.

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/09/2019

Seção: Colunas

Autor: José Casado

Título: As bombas subsidiadas

Drones bombardearam uma refinaria da Arábia Saudita no sábado. Perderam-se 5% do suprimento mundial de petróleo. Não é pouca coisa. Essa ruptura no abastecimento de 5,7 milhões de barris por dia é mais do que o dobro daquilo que o Brasil consome em óleo a cada 24 horas.

Os brasileiros começarão a sentir no bolso os efeitos desse conflito entre Arábia Saudita, Irã e Iêmen. Preços da gasolina, diesel e gás ainda podem subir muito, se demorar a recuperar a produção e se os sauditas não eliminarem as dúvidas sobre defesa de uma infraestrutura vital ao abastecimento mundial de energia.

O impacto no Brasil tende a crescer no ritmo da imprevidência governamental. Depois de 34 semanas gastando energia em negar a ciência, impor censura, reprimir a sexualidade de alguns e armar todos, o governo Bolsonaro ainda não sabe se cria um fundo para estabilização de preços dos derivados de petróleo. Também, não resolveu o impasse sobre preços do diesel — embora seja recente a memória do caos num país onde 60% das cargas fluem por rodovias.

É ilusão achar que o Brasil está a 11 mil quilômetros dessa guerra. Os brasileiros contribuem do próprio bolso com a matança no Iêmen.

Desde o governo Dilma Rousseff, a sociedade paga, via incentivos fiscais, para uma empresa, a Avibras, fornecer aos sauditas sistemas de grande alcance (200 km) com munição de fragmentação—projéteis que se abrem no ar e descarregam bombas que, se não explodem, ficam enterradas como minas ativas.

Bombas brasileiras de fragmentação têm sido usadas contra civis no Iêmen, relatam ONGs integrantes da Cluster Munition Coalition.

Elas simbolizam uma proeza do lobby da indústria bélica, que uniu Dilma, Temer e Bolsonaro na concessão de incentivos e na rejeição a acordos para banir esse armamento.

Metade das vendas Avibras vai para os sauditas. São US\$ 60 milhões por ano. Em outubro, Bolsonaro deve visitar em Riad o ditador “MbS” (o nome completo tem 18 palavras), reputado como dos mais sanguinários do Oriente Médio. Na bagagem levará a nova versão do sistema da Avibras, o Astros 2020.

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/09/2019

Seção: O Mundo

Autor: RIAD, TEERÃ E WASHINGTON

Título: Ameaça em tom brando

Trump sugere culpa do Irã em ataques a petróleo saudita, mas diz querer evitar conflito

Em uma série de tuítes e declarações desde a noite de domingo, o presidente Donald Trump afirmou que os Estados Unidos estão “com armas pre-

paradas” para responder aos responsáveis pelos ataques a duas das principais instalações de produção e processamento de petróleo da Arábia Saudita, que fizeram o preço do petróleo disparar no mercado internacional. Porém, ao mesmo tempo em que sugeriu que o governo iraniano está por trás dos ataques, deixando no ar a possibilidade de retaliação, o presidente indicou querer evitar um novo conflito e apostar na diplomacia. Teerã nega envolvimento na ação.

ACUSAÇÕES SEM PROVAS

Os ataques com drones, ocorridos no sábado, foram reivindicados pelos rebeldes houthis, que são apoiados pelo regime iraniano e no final de 2014 derrubaram um governo pró-saudita no Iêmen. Desde 2015, os houthis enfrentam a ofensiva militar de uma coalizão árabe liderada por Riad que tenta reinstalar o presidente deposto, Abd Rabbo Hadi.

Ontem, fontes da Casa Branca e do regime saudita — apoiado pelo governo americano e por Trump — disseram, sem apresentar provas, que conclusões preliminares de suas investigações indicam que as armas usadas no ataque às instalações de petróleo da Arábia Saudita teriam vindo do Irã. Em entrevista coletiva, o presidente americano disse que o Irã “parece ser” o autor dos ataques.

—Claramente parece assim neste momento. É o que parece —disse ele no Salão Oval da Casa Branca, acrescentando ainda querer determinar “com certeza” o responsável pelos ataques e “evitar” uma guerra com o Irã. —Isso está sendo checado neste momento. Queremos determinar com certeza quem fez isto. Dito tudo isto, certamente gostaria de evitar (uma guerra). Não quero guerra com ninguém.

Trump disse nos tuítes que, embora os EUA não sejam mais dependentes do petróleo e do gás do Oriente Médio, o país “ajudará seus aliados”. Na entrevista, porém, acrescentou não ter “prometido” proteger os sauditas e que se sentaria com eles e “trabalharia em algo”.

O presidente disse, ainda, saber que “(funcionários do governo iraniano) querem um acordo” sobre o programa nuclear e que “em algum momento isso vai funcionar”. A retirada dos EUA do acordo nuclear entre potências mundiais e o Irã, determinada por Trump em 2018, detonou a escalada atual de tensões entre Teerã e Washington. Teerã, no entanto, descartou qualquer possibilidade de encontro entre Trump e presidente Hassan Rouhani durante a Assembleia Geral da ONU, que começa esta semana em Nova York.

O governo da Rússia (uma das potências signatárias do acordo nuclear com Teerã), por sua vez, chamou de “inaceitável” a discussão sobre uma eventual resposta militar ao ataque na Arábia Saudita.

No Iêmen, os rebeldes houthis ameaçaram fazer novos ataques.

—Temos o braço longo e ele pode alcançar qualquer lugar a qualquer momento
—afirmou o porta-voz militar do grupo, Yahiya Saree.

Ainda na noite de domingo, funcionários do governo americano, sob anonimato, fizeram uma blitz de entrevistas a meios de comunicação para divulgar imagens de satélite que mostram o que afirmaram ser ao menos 17 pontos de impacto em diversas instalações de produção e processamento de petróleo sauditas.

ROUHANI: ‘LEGÍTIMA DEFESA’

Segundo Washington, as imagens mostrariam que o ataque, ocorrido no sábado, teria vindo do Norte ou do Noroeste, e não do Sul — o que indicaria que teria se originado no Irã ou no Iraque, e não no Iêmen. Três especialistas ouvidos pela emissora CNN, entretanto, apontaram que, embora as imagens de satélite confirmem a precisão dos ataques, o que indicaria que eles tiveram apoio de algum Estado, elas não permitem conclusões sobre a trajetória ou origem geográfica dos projéteis usados.

No sábado, o secretário de Estado americano, Mike Pompeo, já havia dito que o Irã estaria por trás do que disse ser “um ataque sem precedentes ao suprimento de energia no mundo” e que não havia evidências de que os drones e mísseis teriam vindo do Iêmen. Ele, contudo, não disse de onde os armamentos teriam se originado.

Funcionários do governo americano disseram ainda que os ataques foram possivelmente realizados não só com drones, mas também com mísseis de cruzeiro. Isso indicaria um nível de precisão, planejamento e tecnologia além da capacidade de ação dos rebeldes houthi sem o auxílio de outros grupos. O governo saudita disse que convidará especialistas internacionais, inclusive da ONU, para a investigação sobre os ataques.

O Iraque também nega que as armas usadas tenham partido do seu território, onde há milícias pró-Teerã. Ontem, o presidente do Irã, Hassan Rouhani, disse que os ataques foram um “ato legítimo” de defesa do povo iemenita contra os bombardeios da coalizão liderada pelos sauditas.

VEÍCULO: O Globo**Data: 17/09/2019****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: A escolha de Sofia do governo**

As ações da Petrobras subiram ontem 4,2%, numa prova de que o mercado confia que o presidente Roberto Castello Branco cumprirá a promessa e repassará ao consumidor o reajuste do petróleo depois dos ataques à Arábia Saudita. Acreditam assim que Bolsonaro, ao contrário do que já fez no passado, não impedirá o reajuste para não tornar ainda mais grave a situação dos caminhoneiros. A conferir.

VEÍCULO: O Globo**Data: 17/09/2019****Seção: Colunas****Autor: Míriam Leitão****Título: Os vários efeitos de um atentado**

A Petrobras reajustou o preço do diesel na última sexta-feira, mas ontem a cotação do petróleo estava US\$ 8 mais cara. O atentado contra a Arábia Saudita será um teste para o governo. A estatal terá que ter uma política de preços de combustível confiável e transparente, mas o que se viu ontem foi o presidente Bolsonaro anunciando que não haverá reajuste até que as cotações se estabilizem. As distribuidoras pedirão aumento do gás, e isso afetará a indústria intensiva em energia. O Banco Central terá que ser convincente se quiser continuar reduzindo as taxas de juros mesmo diante do forte aumento da incerteza global.

A ação da Petrobras subiu ontem indicando a visão positiva sobre o país, pelo fato de os campos brasileiros ficarem ainda mais interessantes. Mas a empresa depende da liberdade de preços para ter sucesso na venda de quatro de suas refinarias. Com a privatização, ela espera reduzir suas dívidas e estimular a criação de um mercado de refino no Brasil. A estatal poderá até esperar um pouco para ver em que patamar os preços vão ficar. Mas não muito.

Petróleo quando sobe produz efeitos em cascata. Na Abividro, Lucien Belmonte explicou o impacto:

— A fórmula do reajuste do gás natural é atrelada ao barril do petróleo e ao dólar. Se o aumento for maior que 5% do faturamento da distribuidora, ela pode pedir reajuste extraordinário. Então, se a Comgás reajustar isso afetará todas as indústrias que usam intensivamente o gás no estado de São Paulo.

O atentado mostrou que o maior produtor, que sempre foi o país que reequilibrava a oferta, é agora um fator de desequilíbrio. As primeiras informações oficiais do governo saudita, de que rapidamente a produção seria normalizada, não demoraram a ser desmentidas. A percepção da vulnerabilidade da Arábia Saudita elevou muito o risco.

Daniel Rocha, diretor-executivo da Accenture e especialista em energia, dá a dimensão do que ficou comprometido:

—Para efeito de comparação, o volume afetado, 5,8 milhões de barris, é mais do que o dobro da produção total do Brasil. Na visão otimista, a Arábia Saudita poderia subir 3,9 milhões de outros poços. Outro cenário seria a Saudi Aramco usar seus estoques estratégicos. A gente fez uma simulação aqui e com dois meses seria consumido o equivalente à metade dos estoques estratégicos dos Estados Unidos.

A crise faz o mundo olhar outros produtores e nesse grupo está o Brasil. O leilão do excedente da cessão onerosa que será realizado este ano já estava atraindo muito interesse. Deve aumentar. O pré-sal brasileiro é área produtora muito longe dos conflitos. Isso terá um efeito favorável ao Brasil, mas é apenas parte das consequências do atentado.

O balanço dos efeitos sobre o Brasil, se será positivo ou não, dependerá de como o país vai reagir diante dessa ameaça global. Se os preços dos combustíveis subirem e houver inquietação entre os caminhoneiros, o que fará o governo? O liberalismo do governo Bolsonaro dura até a primeira pressão corporativista. É o que se viu nestes primeiros oito meses.

Outra dúvida que circula no mercado é se o Banco Central está focado em sua missão de manter a inflação sob controle ou se está mais preocupado em estimular a economia para que haja algum crescimento. O BC pode reduzir juros, desde que o balanço de riscos permita e até a semana passada o cenário era favorável. Agora há uma brutal incerteza pela frente.

O mundo é hoje menos dependente do petróleo do Oriente Médio do que nos dois choques dos anos 1970 e também do que na época da guerra do Golfo de 1990. Os Estados Unidos importam um terço do petróleo saudita que compravam em 2003. O Brasil, nos anos 1970, importava 80% do combustível que consumia e tinha escassez de dólares. Atualmente é área produtora.

Contudo este é um péssimo momento para mais um choque. Há uma ameaça de recessão global rondando as economias. O presidente Donald Trump e o príncipe herdeiro Mohammad bin Salman são em si riscos neste quadro. Trump

vem tentando há tempos criar uma guerra contra o Irã, um expediente que já ajudou outros presidentes em apuros em luta pela reeleição. MBS já mostrou que na terceira geração a dinastia fundada pelo rei Abdulaziz manterá o poder tirânico dos Saud.

Felizmente, a monarquia absolutista saudita foi cuidadosa ontem. Não quis culpar o Irã diretamente. Disse apenas que as armas usadas foram iranianas. O risco maior a evitar é uma nova guerra.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 17/09/2019

Seção: Economia

Autor: Simone kafruni Catarina Loiola Gabriel Pinheiro

Título: Gasolina sobe nas bombas antes que nas refinarias

A Petrobras nem anunciou qual será o posicionamento da empresa diante da disparada do barril de petróleo, após ataques a instalações da Saudi Aramco, na Arábia Saudita, no fim de semana, mas os postos do Distrito Federal já reajustaram o preço da gasolina nas bombas. Ontem, o litro do combustível podia ser encontrado a até R\$ 4,45 (veja tabela). Embora a estatal tenha preferido não se manifestar, não promoveu nenhum aumento nas refinarias. A companhia, segundo analistas, vai esperar passar o nervosismo do mercado antes de tomar alguma decisão.

A cotação do petróleo disparou 20% nos mercados internacionais depois dos atentados, que fizeram a produção de 5,7 milhões de barris de petróleo por dia fosse interrompida na Arábia Saudita. O volume representa 6% do consumo diário do combustível no mundo e 50% da produção local. Com isso, o preço do barril, que estava em torno de US\$ 60 em agosto, passou a ser comercializado por US\$ 72 em Londres.

Ontem, o barril do tipo Brent chegou a US\$ 71,95 no começo da sessão, um avanço de 19,5%, maior alta intradiária desde 1991, durante a Guerra do Golfo. No fechamento, contudo, a valorização ficou em 14,6%, cotado em US\$ 69,02. Se o valor permanecer nesse patamar, segundo o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), Adriano Pires, o impacto pode ser um aumento de 8% a 10% nos combustíveis derivados do petróleo no Brasil.

A cautela da Petrobras em repassar a disparada do óleo, no entanto, se justifica. Os Estados Unidos podem liberar parte da reserva estratégica do país, o que deve derrubar os preços do barril de petróleo. Mesmo assim, a tensão internacional não se dissipou. Pelo contrário, aumentou ontem, após o presidente norte-americano, Donald Trump, sugerir, pelo Twitter, que o

governo iraniano é o responsável pelos ataques, tese adotada também pelo porta-voz saudita, Turki Al-Malik.

Temor

O silêncio da Petrobras é reflexo do temor de uma nova greve de caminhoneiros, avaliou Adriano Pires. A petroleira brasileira tem evitado repassar a volatilidade dos preços internacionais do petróleo para os combustíveis. Do início de agosto até agora, a empresa fez apenas três ajustes no diesel e quatro na gasolina. “O momento é de esperar a poeira baixar, para ver o nível de preço que o barril vai ficar. É preciso avaliar a retomada da Arábia Saudita, o efeito das entradas de estoques dos EUA e de outros países produtores”, disse Pires.

“Se o cenário ficar com barril entre US\$ 70 e US\$ 75, o combustível pode subir até 10%. Mas não é simples aumentar a gasolina no país. É uma comoção geral. E há sempre aquela ameaça de greve de caminhoneiro com alta do diesel. Vai ser uma prova de fogo para a Petrobras”, avaliou o diretor do Cbie. Se não houver repasse, isso pode afetar a rentabilidade da companhia e inviabilizar a privatização das refinarias. “Hoje (ontem), o mercado está acreditando que vai ter repasse, tanto que as ações da Petrobras estão subindo. Se lá na frente o preço do barril cair e não houver aumento nas refinarias, os papéis da estatal vão se desvalorizar”, acrescentou.

De acordo com o professor Maurício Canêdo, da Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Petrobras não repassará de imediato a alta de preços para o mercado doméstico, em produtos como gasolina e diesel. O motivo é a política de repasse da estatal, que transmite o preço aos revendedores no intervalo de, no mínimo, 15 dias entre as variações. “A política recente é de autonomia, ou seja, repassar o preço do mercado internacional para o doméstico. Mas não é diário, apenas se a oscilação for perene”, assegurou.

Reservas

Canêdo alertou, ainda, que o aumento do preço do petróleo é benéfico, para quem vende, ou seja para a Petrobras, que é exportadora da commodity, mas ruim para os consumidores brasileiros. “À medida que o preço do petróleo aumenta, o valor das reservas também cresce”, disse.

O coordenador do curso de Ciências Econômicas do Instituto de Ensino Superior de Brasília, Riezo Silva Almeida, explicou que, mesmo o repasse da Petrobras não sendo instantâneo, os postos de gasolina possuem autonomia para elevar os preços. “Normalmente, o ofertante prevê o aumento e tenta adiantar o lucro

para manter o consumo”, explicou. Foi justamente o que ocorreu em Brasília, onde vários postos reajustaram os preços nas bombas ontem.

Paulo Tavares, presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes do Distrito Federal (Sindicombustíveis-DF), assinalou que os postos de gasolina de Brasília não estavam repassando o preço das refinarias para o consumidor por conta de uma guerra de preços entre os estabelecimentos. Além disso, ele ressaltou que a margem de lucro dos revendedores de combustíveis é muito baixa, principalmente quando relacionada com a carga tributária do setor. “Quem estava vendendo a R\$ 4,09 tem 2% de lucro por litro. Quem vende à R\$ 4,40 tem 10%. É uma margem de lucro bruto muito aquém do que recomenda o próprio governo”, justificou.

Segundo Tavares, a única forma de aumentar o lucro dos revendedores e baixar o preço dos produtos é a reforma tributária. “A política tributária do Brasil é semelhante à de países que não produzem combustível. Aqui, não é interessante diminuir o imposto, porque o país perde arrecadação”, disse.

*** Estagiários sob supervisão de Rozane Oliveira**

- **Variação dos preços no DF (em reais)**

Postos 8/8/19 16/9/19

Petrobras – Posto da Lava Jato	3,989	4,319
Petrobras – Eixo W 106 Sul	3,999	4,319
Petrobras – Eixo W 109 Sul	3,999	4,199
Petrobras – Eixo L 214 Sul	3,990	4,310
Petrobras – Eixo L 212 Sul	3,999	4,319
JarJour – Eixo L 210 Sul	3,989	4,319
Petrobras – Eixo L 207 Sul	3,989	4,319
PB – Eixo L 206 Sul	3,989	4,189
Melhor – Eixo L 204 Sul	3,989	4,199
Petrobras – Eixo L 202 Sul	3,989	4,199
Ipiranga – Eixo L 204 Norte	3,999	4,359
JarJour – Eixo L 206 Norte	3,939	4,319
Petrobras – Eixo L 208 Norte	3,939	4,319
Ipiranga – Eixo L 210 Norte	3,939	4,459
Shell – Eixo L 212 Norte	3,939	4,419
Petrobras – Eixo L 214 Norte	4,299	4,419
Ipiranga – Eixo W 115 Norte	3,939	4,459
Petrobras – Eixo W 113 Norte	3,939	4,399
Ipiranga – Eixo W 112 Norte	3,939	4,419

Petrobras – Eixo W 107 Norte	3,939	4,419
Petrobras – Eixo W 103 Norte	3,939	4,409
Petrobras – SIG Quadra 3	3,959	4,419
Shell – SIG Quadra 3	3,959	4,419
Garantia – EPTG	3,899	4,079
Vtex – EPTG	3,897	4,077
Ipiranga – EPTG	3,899	4,079
Petrolino – Taguatinga Centro	3,879	4,069
Nenen's – Taguatinga Centro	3,950	4,099
Shell – Taguatinga Centro	3,999	4,099
Petrobras – SIA Trecho 1	3,899	4,079

União paga R\$ 5,25 bi

De janeiro a agosto de 2019, a União pagou R\$ 5,252 bilhões em dívidas de estados e municípios. O valor das garantias honradas pela União quase dobraram em comparação com o mesmo período do ano anterior, quando foi registrado pagamento de R\$ 2,825 bilhões. Os números foram divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, no Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito. Somente no mês de agosto, foram R\$ 633,71 milhões em dívidas.

Roberto Piscitelli, professor de finanças públicas da UnB, acredita que, em algum momento, a União e os entes subnacionais terão que realizar um encontro de contas para que esses débitos sejam encerrados. Ele compara o contrato com o que acontecia com dívidas de países de terceiro mundo com desenvolvidos. “É uma dependência crônica, quanto mais você paga, mais está devendo”, disse.

O processo funciona da seguinte forma: a União entra como avalista de estados e municípios em operações de créditos. Ou seja, garante que, caso os entes subnacionais não sejam capazes de pagar as dívidas que adquirirem, entrará como fiadora dos mesmos, arcando assim com os empréstimos.

Para que a União entre como fiadora, os contratos preveem algumas garantias, como corte de repasses aos estados e municípios. Segundo o relatório, desde 2016, a União arcou com o pagamento de R\$ 16,513 bilhões como garantia de operações de crédito.

Inadimplência

Dos quatro estados que tiveram as dívidas quitadas pela União em agosto, Goiás liderou a inadimplência, com R\$ 233,94 milhões. Minas Gerais ficou em segundo

lugar, com R\$ 198,69 milhões, seguido do Rio de Janeiro, com R\$ 190,79 milhões, e do Rio Grande do Norte, com R\$ 10,29 milhões.

No acumulado do ano, com R\$ 2,464 bilhões, Minas Gerais lidera, seguido do Rio de Janeiro, com R\$ 2,272 bilhões. Já Goiás e Rio Grande do Norte ficam com R\$ 455,25 milhões e R\$ 60,08 milhões, respectivamente.

Segundo Piscitelli, o fato de a União entrar como fiadora de estados e municípios é um risco para o Orçamento federal, já que os valores poderiam ser usados em outras despesas. No entanto, ele pondera que a administração de todas essas esferas, nacionais ou subnacionais, está difícil. “Que piora o Orçamento, não há dúvidas. Mas, de fato, o pagamento é um dos responsáveis por manter a engrenagem girando”, afirmou.

De acordo com o Tesouro Nacional, a União está impedida de executar contragarantias dos estados de Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Norte, que obtiveram liminares do Supremo Tribunal Federal (STF) suspendendo a execução. Por se encontrar em Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o Rio de Janeiro também não recebe contragarantias da União.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 17/09/2019

Seção: Economia

Autor: Simone kafruni

Título: Petrobras puxa alta da Bolsa

O Ibovespa, principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), terminou a sessão em alta de 0,17% a 103.680 pontos, puxado pelas ações da Petrobras. Com o ataque à petroleira saudita Saudi Aramco no fim de semana, o petróleo chegou a disparar 19% nas bolsas globais de commodities. No Brasil, a expectativa é de que o acontecimento valorize o pré-sal, que se encontra fora de zonas de conflito. O dólar comercial se manteve estável com leve variação negativa de 0,07%, cotado a R\$ 4,089.

Para o analista da Austin Rating, Alex Agostini, os investidores ainda aguardam possíveis retaliações. “A sessão oscilou bastante em relação ao que aconteceu no fim de semana na Arábia Saudita, tivemos ao longo do dia uma flutuação muito próxima de zero, mas bastante sustentada pela Petrobras justamente pelo preço do petróleo no mercado internacional. O dia foi completamente movimentado por essa cena, o dólar oscilou pouco. Na verdade, quando se tem evento forte como esse, os investidores acabam ficando cautelosos, nesse caso, às vezes, nem fazer posição, mas não se posicionar e ficar aguardando o que

deve acontecer”, avalia.

No mercado de juros futuros, o DI para janeiro 2021 perdeu oito pontos base a 5,27%, enquanto o para janeiro de 2023 recua 10 pontos base, a 6,37%. “Do lado da curva de juros futuros observamos acomodação e redução, o mercado ainda aposta em uma redução mesmo que pequena da Selic, voltando a se posicionar. Está relativamente tranquilo, dentro do esperado, mas pequena parte acredita em ajuste técnico influenciado pelo evento isolado da Petrobras”, considera o economista da BlueMetrix Ativos, Renan Silva.

O mercado aguarda a “superquarta”, com reuniões do Federal Reserve (Fed), banco central americano, e do Comitê de Política Monetária (Copom), aqui no Brasil. Em ambas, a expectativa é de corte de juros. As previsões são de redução de 6% para 5,5% ao ano na Selic, na tentativa de estimular a economia; e, nos Estados Unidos, há pressão do presidente Donald Trump para que a taxa de 2,25% seja zerada ou fique negativa, como na Zona do Euro.

Focus

Analistas consultados pelo Banco Central cortaram a previsão para a Selic ao fim de 2020 a 5%, o que indica expectativa de estabilidade da taxa básica de juros ao longo do próximo ano. A projeção veio acompanhada de cortes nas expectativas de inflação. A alta esperada para o IPCA em 2020 saiu de 3,82% para 3,80%, enquanto a inflação projetada para 2019 caiu de 3,54% para 3,45%. Foi reduzida ainda a estimativa para a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para 2020, de 2,07% na semana anterior para 2%. Para 2019, a expansão prevista foi mantida em 0,87%.

*** Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira**

- **AGU pode chamar 100 aprovados**

A Advocacia-Geral da União (AGU) foi autorizada a contratar 100 candidatos aprovados e classificados no concurso realizado em 2018. De acordo com a portaria, publicada ontem no Diário Oficial da União (DOU), serão preenchidas vagas de administrador (48), analista técnico administrativo (10), arquivista (2), bibliotecário (1), contador (32), técnico em assuntos educacionais (2) e técnico em comunicação social (5). O provimento dos cargos deve ocorrer a partir deste mês até 31 de dezembro, e está condicionado à existência de vagas na data da nomeação dos candidatos, e à declaração do respectivo ordenador de

despesa sobre a adequação orçamentária e financeira das novas despesas.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 17/09/2019

Seção: Negócios

Autor: Paula Pacheco

Título: Banco do Brasil avança em energia solar

São Paulo – Até o fim do ano, o Banco do Brasil poderá ter ultrapassado os 10% de agências com contratos firmados para o abastecimento com energia solar. Na semana passada, saíram os vencedores das licitações de mais três projetos. Com isso, passará a ter agências abastecidas por energia solar no Distrito Federal (30 unidades), Pará (39) e Goiás (mais 39). Agora, o prazo estimado para a homologação do processo é de 120 dias, contados a partir da fase de habilitação documental. Somando-se as agências mineiras, da primeira fase, são 296 até agora.

A instituição financeira começou a investir nessa fonte no ano passado. Em dezembro, sua primeira fazenda solar será inaugurada em Minas Gerais, em Porteirinha, e irá cobrir 88 agências. Já a segunda, em Araçuaí, vai atender a 100 agências e começa a operar em março de 2020.

Com as cinco usinas (duas de Minas, mais DF, Pará e Goiás), o banco espera chegar a uma economia acumulada em 15 anos de R\$ 250 milhões, aproximadamente. A previsão era chegar a R\$ 20 milhões nas três novas usinas, recém anunciadas, mas como a disputa de preços foi grande no leilão eletrônico, esse valor deve ficar acima de R\$ 50 milhões.

José Ricardo Fagonde Forni, diretor de Suprimentos, Infraestrutura e Patrimônio do Banco do Brasil, conta que, em média, os últimos projetos devem levar oito meses para sair do papel e começar a abastecer as agências. “O Porteirinha levou mais tempo para estar pronto porque ainda era uma fase de aprendizado para a instituição, tanto pra gente quanto para o mercado”, diz.

Segundo Forni, o BB decidiu ampliar seu projeto de fontes alternativas por duas razões. Primeiro porque os gastos com energia elétrica estão entre os maiores do banco. Entre as despesas administrativas, está em sétimo lugar. No ano passado, as despesas com a conta de luz somaram cerca de R\$ 460 milhões. Além disso, pesou a decisão de o BB estar mais próximo dos temas sustentáveis.

No caso das duas fazendas de energia solar de Minas, o valor total dos contratos é de R\$ 88,3 milhões, mas esse número poderá aumentar em função de

eventuais aditivos. A economia esperada é de 58% ao se levar em consideração o ciclo de vida dos contratos, de 15 anos.

Minas atraiu a área de planejamento do banco porque tem uma atratividade grande para quem investe na produção de energia fotovoltaica e por conta do valor da energia e a isenção de ICMS para fontes renováveis, o que acaba em um peso adicional nas despesas.

Custos na balança

A área responsável por esses projetos no BB leva em consideração na composição da fórmula de viabilidade que define o mapa de expansão dos projetos de energia solar, por exemplo, o custo do valor do terreno que será adquirido para a construção da fazenda de energia solar.

“Temos apetite para expandir o projeto para o Brasil inteiro. Mas é preciso levar em consideração a análise de uma série de características para definir por onde seguir. Em São Paulo, por exemplo, estamos em uma fase bem adiantada do projeto, mas sabemos que o preço do terreno pesa muito e isso também tem de entrar na conta”, diz Forni.

Os contratos feitos até agora preveem uma validade de 15 anos. As usinas não são de propriedade do banco. São construídas e administradas pelo vencedor da licitação, que pode, se quiser, ampliar o projeto e atender a outros clientes, mas sem deixar de entregar o que foi contratado pelo banco. Com a previsibilidade de entrada de dinheiro em caixa por um período longo, por meio do pagamento de um aluguel, o projeto se torna mais atraente, segundo o diretor do BB.

Além de São Paulo, a equipe técnica está em fase de análise para expansão das fazendas de energia solar na Bahia e no Ceará. Como estão em etapas adiantadas, em fase de prospecção de valores, até o final do ano, acredita Forni, esses três estados serão licitados.

Segundo dados divulgados referentes ao segundo trimestre de 2019, o BB conta com 4.711 agências e 1.832 postos de atendimento. Apesar da velocidade, Forni não acredita que mais algum estado entre em licitação para o abastecimento por fazendas solares ainda em 2019.

Forni explica que o que está acontecendo com a energia fotovoltaica em Minas exemplifica o interesse crescente das empresas por essa fonte alternativa. “Do lado do mercado, a demanda está muito ativa. Mas pesa nas decisões a questão do ambiente regulatório. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) pode acelerar ou desacelerar esses projetos”, pondera o executivo. Ele não é específico no comentário, mas a declaração foi feita na semana em que o órgão regulador fez uma alteração importante no setor.

Além do projeto das fazendas de energia solar, o BB começou a investir em outras fontes. Em junho de 2018, o banco assinou um contrato com a EDP para a migração de 24 de suas grandes unidades consumidoras para o mercado livre de energia elétrica ou o ambiente de contratação livre (ACL).

Nessa modalidade, os consumidores compram a energia e podem escolher livremente seus fornecedores, na chamada “portabilidade da conta de luz”. É possível ainda receber energia de fontes renováveis, como eólica, solar e de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs).

O processo de migração de todos os prédios do BB – o primeiro foi feito em janeiro – que entraram no contrato com a EDP ainda não terminou. Quando estiver concluído, em 14 estados do Brasil, a economia deve passar de R\$ 50 milhões acumulados ao final de cinco anos. Nos primeiros nove meses em que está em vigor, a economia com as 18 unidades já adequadas foi de R\$ 1,2 milhão. O banco prevê que até fevereiro de 2020 ocorram as migrações das últimas 6 unidades.

O Edifício Banco do Brasil, em Brasília, alugado pela instituição, também aderiu ao modelo de grandes unidades consumidoras para o mercado livre de energia e vem sendo abastecido por fontes renováveis, fora do contrato com a EDP, desde outubro de 2018. Até agora, o valor da conta de luz ficou 20% menor. Com isso, a economia já passou de R\$ 1 milhão.

Aposta

R\$ 250 milhões

Estimativa da economia acumulada pelo BB em 15 anos com cinco usinas (duas de Minas, mais DF, Pará e Goiás)

Novas regras podem mudar humor de investidores

Assim como as atuais regras para fontes renováveis de energia, como solar e eólica, estimularam o aumento de projetos, José Ricardo Fagonde Forni, diretor de Suprimentos, Infraestrutura e Patrimônio do Banco do Brasil, avalia que mudanças, dependendo do seu conteúdo, podem desacelerar a expansão.

No último dia 10, a diretoria da Aneel aprovou alterações nas regras para contratação de usinas eólicas e solares no próximo leilão A-6, marcado para 18 de outubro. Segundo texto do edital, os contratos desses empreendimentos terão de acompanhar a carga declarada pelo comprador, mês a mês.

Com isso, as usinas passam a ser responsáveis pelos custos da compra de energia no mercado de curto prazo nos casos em que não gerarem o que deveriam, seja por ausência de sol ou de vento. Até então, o montante era repassado para o consumidor. Ou seja, muda a fórmula usada até agora.

A decisão foi tomada durante a votação do edital do leilão A-6 de 2019, que tem por objetivo a contratação de energia a partir de novos empreendimentos para início do fornecimento em 2025. A proposta da diretora da Aneel, Elisa Bastos, relatora do processo, para que os empreendimentos participassem de leilões sem ter o compromisso de entregar uma quantidade definida de energia todo mês, foi rejeitada no colegiado por três votos a um.

MME / ASCOM .